

PAULO MOURA

Crónica dos Primeiros 25 Anos
da Guerra de Civilizações

DEPOIS
DO
FIM

ELSINORE

ÍNDICE

9

Introdução

—

15

Capítulo 1 Argélia, 1991–1992

—

55

Capítulo 2 EUA, 1993–1995

—

83

Capítulo 3 Iraque, 1995, 1997

—

111

Capítulo 4 Tchetchênia, 1995

—

137

Capítulo 5 Caxemira, 1997

—

147

Capítulo 6 Kosovo, 1999

149

Nação em Fuga

171

Pátria Ancestral

195

Kosovo Libertado

—

205

Capítulo 7 Afeganistão, 2001

207

Aliança do Norte

225

Taloqan

241

Cabul

—

269

Capítulo 8 Iraque, 2003

271

Kuwait

291

Deserto

331

Bagdade

355

Xiitas

—

379

Capítulo 9 Europa, 2004

381

Madrid

387

Paris

393

Hamburgo

397

Londres

—

411

Capítulo 10 Sudão, 2004

—

437

Capítulo 11 Egípto, 2011

—

495

Capítulo 12 Líbia, 2011

497

Cirenaica

543

Tripolitânia

—

563

Capítulo 13 Turquia, 2013-2016

—

INTRODUÇÃO

A História dos Inocentes

Tenho um baú com todos os blocos de notas da minha vida de repórter ao serviço do *Público*. São centenas de cadernos de várias cores e tamanhos, alguns em formato de livrinho, com capa de pele, outros com argolas, compridos, como os dos jornalistas americanos, ou largos, de folhas lisas para desenho. Muitos deles têm mais de 300 folhas, o máximo que consegui arranjar em cada momento, porque sabia que teria muito para escrever. E estão, de facto, rabiscados até à última página – por vezes, incluindo a capa – sempre sujos, deformados por andarem no bolso, mas raramente deteriorados ou rasgados porque são quase sempre de boa qualidade. Comprei-os nos cantos mais remotos do mundo, mas com cuidado e critério. Não servia qualquer um. Lembro-me de passar horas à procura de uma papelaria ou alguma loja onde pudesse encontrar um caderno em que me agradasse o toque da capa, a densidade e o cheiro do papel. Nem sempre era fácil ou barato. Como se não pudesse entregar o que via, ouvia e sentia a um guarda que não fosse da minha inteira confiança. Tinham de ser cadernos valiosos, tal como cada um dos momentos que vivi em todos estes anos de viagens e reportagens. Sempre tive a noção de que aqueles momentos importavam. Eu quis que importassem.

Esqueço-me de muita coisa, mas tenho uma memória vívida de cada um destes cadernos. Pegar neles agora transporta-me para os lugares e alturas em que os usei. Lembro-me de os sentir na minha mão. Do sibilar da caneta nas páginas amareladas enquanto observava, investigava, recolhia depoimentos, no meio de gritos e correrias, tiroteios, manifestações, em cidades miseráveis, selvas e desertos.

Será um pouco pueril, de quem viveu acontecimentos tão extraordinários, evocar agora os canhenhos onde tomou as suas notas. Mas foi a eles que, muitas vezes, me agarrei para não perder o pé. O acto de registar mantinha-me ligado à racionalidade. À obrigação de interpretar constantemente. E era isso que, ao mesmo tempo, me permitia agarrar os acontecimentos, fixá-los, dar-lhes existência real. E poder relatá-los mais tarde sem os transformar na mera ilustração pitoresca de uma narrativa preestabelecida. A existência destas notas, escritas enquanto se desenrolavam os acontecimentos, confere-lhes um sentido próprio, imanente e irredutível.

Na primeira página de cada bloco está escrito o nome de um lugar e uma data. Argélia, 1991; Angola, 1992; EUA, 1993; México, 1994; Tchetchénia, 1995; Rússia, 1996; Índia, 1997; Mauritânia, 1998; Albânia, 1999; Afeganistão, 2001; Iraque, 2003; Sudão, 2004; Líbia, 2011; China, 2012; Turquia, 2013; Ucrânia, 2014... São muitos países, vários continentes. Alguns apontamentos são testemunhos de aventuras intempestivas, mas outros como que formam uma sequência.

Há eventos que parecem repetir-se em locais e alturas diferentes. Outros são interrompidos, para retomarem mais tarde o seu desenvolvimento. Alguns surgem nitidamente em consequência de outros, uns insinuam-se como um ensaio histórico de outros e, de alguns, sobejam personagens que aparecem mais tarde como protagonistas de outros.

Salta à vista que o modelo de protesto criado na Praça Tahrir do Cairo é replicado na praça do tribunal de Bengazi e, depois, na Praça Taksim de Istambul e na Maidan de Kiev. Mas os jovens egípcios já tinham aprendido com o Otpor de Belgrado e a Revolução Verde de Teerão. Os *mujahidin* da guerra do Afeganistão de 1979 surgem entre os integristas da Argélia em 1992; estes estarão entre os independentistas tchetchenos, em 1995, e com os elementos da Al-Qaeda que planearam os atentados de Nova Iorque em 2001, que estarão de novo no Magrebe com os revolucionários do Facebook das Primaveras Árabes, em 2011. O ataque ao WTC de 1993 foi um ensaio para o de 2001, o treino militar que a CIA proporcionou aos jihadistas árabes para combaterem os soviéticos no Afeganistão viria a ser usado por aqueles mesmos jihadistas para atacarem os EUA e a invasão americana e britânica do Iraque, justificada com as ligações de Saddam Hussein ao terrorismo islamista — que não existia —, levou a que o primeiro Estado terrorista islâmico viesse a surgir realmente no Iraque.

Está tudo aí, nesse monte de blocos de notas que agora espalho pelo chão e tento agrupar e encaixar, como um puzzle. Observo que os acontecimentos se ligam e formam grandes enredos. Alguns pedaços do puzzle são fáceis de construir. O ataque de 11 de Setembro levou directamente à guerra do Afeganistão, meses depois, e à guerra do Iraque, dois anos mais tarde. E esta conduziu à tomada do poder pelos xiitas, à revolta dos sunitas, à formação da Al-Qaeda do Iraque e ao Estado Islâmico. Esta última peça do puzzle encaixa na da guerra da Síria, que, por sua vez, já estava agarrada à da revolta na Líbia, no Egipto e na Tunísia. Mas o 11 de Setembro já vinha anexado à saga dos *mujahidin* que afluíram de todo o mundo árabe para combater os soviéticos no Afeganistão, de 1979 a 1989, e ao fundamentalismo do *Ayatollah* Khomeini, que derrubou o regime do Xá do Irão, em 1979. Estas peças casam, noutra ponta do puzzle, com a dos teóricos da Irmandade Muçulmana, a dos *wahabitas* da Arábia Saudita e a dos salafistas, cujo bloco forma um certo mapa do renascimento fundamentalista do Islão e que se encadeia, em toda uma outra frente do puzzle, com as humilhações que o colonialismo ocidental infligiu aos povos árabes e muçulmanos.

Ao lado deste mosaico, há todo um outro imenso painel composto pelas intrigas da Guerra Fria. Entre os dois, pode ver-se um istmo, ao mesmo tempo uma solução de continuidade e uma ruptura, porque foi precisamente o descalabro da Guerra do Afeganistão de 1979–89 que levou à Perestroika na URSS e à queda do comunismo e do Muro de Berlim.

Na História, acontecem muitas coisas ao mesmo tempo. A arquitectura cristalina da sua narrativa só se distingue mais tarde, graças à simplificação e ao esquecimento. Os grandes movimentos já existiam antes de existirem e atacam por tentativas. Houve vários «renascimentos» na Idade Média até surgir o verdadeiro Renascimento, no século xv. A democracia vigorou, em Atenas, 2500 anos antes das revoluções americana e francesa.

É cedo para sistematizar definitivamente o último século, mas não há dúvida de que, após o fim da Guerra Fria, se esboça um novo período, caracterizado pela emergência do islamismo como protagonista mundial. Os grandes litígios do último quarto de século envolvem o Islão, na sua expressão radical e política, e o Ocidente. Se a Guerra Fria dominou o mundo desde 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, até 1991, com a dissolução da União Soviética, é possível identificar o início de um novo ciclo precisamente nesse momento, com a crise na Argélia, a Guerra

da Bósnia e a Guerra do Golfo. Um ciclo que vinha sendo preparado desde 1979 e que se estende até às vagas de refugiados sírios que chegam à Turquia e à Europa, e aos ataques terroristas de Paris ou Nice. Podemos chamar-lhe «Guerra de Civilizações», mas só entre aspas.

Quando Samuel Huntington escreveu, em 1993, o seu artigo na *Foreign Affairs* («O Choque de Civilizações»), em resposta à obra *O Fim da História e o Último Homem*, de Francis Fukuyama, construía a sua tese com base na morte das ideologias. Não era o fim da História, mas os conflitos seriam doravante motivados pelas diferenças culturais e civilizacionais, e não ideológicas. O que se passa hoje não confirma esta previsão, porque o islamismo (entendido, como acontece nas páginas deste livro, como um movimento que pretende conquistar o poder político para impor a lei islâmica fundamentalista) é uma ideologia, não uma religião. E a maior prova de que a dicotomia civilizacional é falsa é que o movimento jihadista foi incentivado, ajudado, armado, treinado — no fundo, criado — pelos EUA e o Ocidente em nome de afinidades civilizacionais. Tratava-se de unir as civilizações fundadas nos valores espirituais e religiosos (fossem cristãs ou muçulmanas) para combater os comunistas ateus e materialistas. O título e subtítulo deste livro devem, portanto, ser lidos como ironia. Mas o que começou por ser um erro transformou-se numa ficção, o que lhe devolveu um poder inesperado. Tem fornecido material onírico para todas as guerras, que partilham com as obras de arte uma característica: cada um vê nelas o que quer.

Aos poucos, vamos assumindo como nossos os traços que nos opõem aos outros — ou ao que vamos assumindo que os outros são —, e isso enche-nos de medo. Alguém agita os fantasmas de uma civilização num lugar, os instrumentos do medo fortalecem-se por todo o lado. Vamos olhando os radicais do nosso campo com crescente simpatia, como um braço armado que não seria sensato hostilizar. A «Guerra das Civilizações» é uma farsa, mas está aí. E tomou conta do futuro. Só nestas primeiras décadas, já terá provocado mais de um milhão de mortos (mais outro milhão, se contarmos com a guerra soviética no Afeganistão). Pessoas que morreram em nome de quê? Qual é o seu papel na História? Serem enganadas? Manipuladas até à morte? Serão as personagens reais de dramas imaginários? Quem são esses actores de carne e osso? Os que estavam lá, nos palcos, nos cenários? Combateram as guerras de outros? Morreram por uma mentira? Viveram a História sem realmente participar, como

vítimas de catástrofes naturais? Este livro é o testemunho desses mortos, feridos e refugiados. A História subjectiva dos últimos 25 anos, possível de contar através dos gatafunhos nestas centenas de cadernos. Não será a verdadeira História, não dispensa a leitura de outros livros — mas é uma narrativa possível. Absurda e ridícula, decerto. Completamente inútil. Tão inútil como a de um repórter que andasse por esses sítios não recomendáveis a tentar relatar o que se passava. Que ingenuidade.

Já assisti várias vezes ao princípio do mundo. A primeira aqui mesmo, em 1974. Foi a minha escola, onde aprendi tudo sobre a violência, a manipulação e a mentira, mas também sobre a generosidade e o sonho, o poder e a incrível criatividade das multidões. Vivi outra época inicial quando, nas eleições argelinas, ganhou a FIS, e, nas americanas, Bill Clinton, o primeiro presidente da era pós-Guerra Fria, o primeiro *baby-boomer* a chegar ao poder; voltei a presenciar esse frémito inaugural quando Cabul foi libertada dos talibã¹ ou a estátua de Saddam Hussein derrubada em Bagdade; quando, na Praça Tahrir, chegou a notícia de que Mubarak se demitira e a revolução vencera. Centenas de milhares de jovens tinham permanecido dia e noite naquela praça, semanas a fio, dispostos a morrer pela liberdade. Alguns morreram. Os analistas nas capitais do Ocidente escreveram editoriais cépticos desde o primeiro dia. E tinham razão, claro. Nenhum daqueles sonhos se cumpriu. Não eram propriamente os pobres que estavam na praça. E era óbvio que a Irmandade Muçulmana se apoderaria do movimento. Mal houve eleições, foi um fundamentalista quem ganhou — e que o Exército derrubou logo a seguir com um golpe de Estado. Voltou tudo ao mesmo, ou pior. Também na Líbia tudo ficou pior. O país está dividido e em guerra; o Estado Islâmico controla metade do território. Eis o que aconteceu. E os milhões que saíram às ruas? Os que combateram e os que morreram? Para que serviu? Toda aquela força que se perdeu?

O que me proponho é a contar essa história, abrindo, um a um, estes cadernos sujos de terra, suor, por vezes sangue; daquilo que foi verdadeiro quando aconteceu; daquilo que valeu a pena, dos momentos autênticos e irreduzíveis, esses parêntesis de liberdade na contingência determinista, essa História paralela que, com mãos invisíveis, vai lançando, acredito, as suas ondas sísmicas através do tempo. A História dos ingênuos. Os que não compreenderam a História, mas que a viveram. A História das marionetas. A História dos inocentes.

¹ «Talibã» é o plural de «Talib», que, em árabe, significa «estudante». Não é, porém, comum em português o uso da forma singular. [N. do A.]

Para
Adelino Gomes, Carlos Santos Pereira, João Carlos Silva,
Jorge Almeida Fernandes, Jorge Wemans, Margarida Santos Lopes,
Miguel Gaspar, Teresa de Sousa, Vicente Jorge Silva
Ao sonho do PÚBLICO

«O colonialismo é, por excelência, a submersão de uma civilização por outra. Os vencidos cedem sempre ao mais forte, mas a sua submissão é provisória, desde que há conflito de civilizações. Estes longos períodos de coexistência forçada não se passam sem concessões ou acordos, sem trocas culturais importantes, por vezes frutuosas. Mas nunca para além de certos limites.»

Fernand Braudel
In *Gramática das Civilizações*

«– Visto que é jornalista – disse por fim, com uma espécie de ricto nervoso –, talvez me possa dar algumas notícias.
– Vossa Alteza devia saber que, nesta guerra, os jornalistas são os menos informados...»

John Reed
In *A Guerra na Europa Oriental*

Capítulo 1

Argélia

1991–1992

Após a queda do Muro de Berlim, dos regimes socialistas da URSS e dos países da Europa de Leste, o governo socialista-árabe da Argélia decidiu também abrir-se ao multipartidarismo e à democracia.

Fê-lo pressionado pela contestação popular à corrupção, à injustiça e à crise económica (desde os motins de 1988), pelas dissidências internas da Frente de Libertação Nacional (FLN), o partido no poder, e pelas exigências dos fundamentalistas islâmicos. Mas nunca imaginou as consequências dessa abertura. Os cálculos saíram errados a todos, dentro e fora da Argélia.

No primeiro acto eleitoral livre, as autárquicas de Junho de 1990, o partido fundamentalista Frente Islâmica de Salvação (FIS) ganhou 853 dos 1539 municípios do país. Na primeira volta das eleições legislativas, em Dezembro de 1991, obteve 46,3% dos votos. Era praticamente certo que confirmaria a maioria absoluta na segunda volta, marcada para 16 de Janeiro de 1992, apesar de os seus dois líderes, Abbassi Madani e Ali Benhadj, estarem presos desde Junho de 1991, após terem decretado uma greve geral e apelado à jihad.

Mas o processo eleitoral foi interrompido. A 11 de Janeiro, o presidente demitiu-se, foi decretado o estado de excepção e as eleições canceladas. A 22 de Janeiro, foram presos todos os dirigentes da FIS. Eu fui detido e expulso da Argélia em 25 de Janeiro. A FIS foi dissolvida oficialmente a 4 de Março e começou a guerra civil.

Encontro com Habache

O convite não era para mim. No entanto, a especialista em Médio Oriente, a Margarida Santos Lopes, não podia ir. Tratava-se de uma visita de três dias à Argélia com um grupo de políticos portugueses. Estávamos em 1990 e eu era um jornalista estagiário, ansioso por fazer reportagem internacional.

Percorremos o Parlamento e os ministérios, mas foi quando jantámos no palácio presidencial que surgiu aquele momento extraordinário. No salão ao lado do nosso jantava outro grupo, igualmente convidado pelo presidente. E foi Pacheco Pereira quem deu a notícia: «Sabem quem está ali? George Habache.»

Ficámos mudos. Habache, o líder da FPLP, a segunda maior facção da OLP, dirigida pelo seu maior rival, Yasser Arafat, era um dos terroristas mais procurados do mundo. Tinha sequestrado aviões e cometido atentados na luta armada contra Israel por um Estado palestino. Era uma espécie de Bin Laden da época. Uma figura assustadora e misteriosa que raramente dava entrevistas. Eu tinha de fazer qualquer coisa.

Para espanto de todos, levantei-me e dirigi-me à sala ao lado. Caminhei, a tremer por dentro, mas com passos seguros, até à mesa onde se sentava o chefe terrorista e mais uns 20 assessores e capangas. Senti que todos eles se retesaram e levaram as mãos às pistolas ao verem um estranho avançar na direcção do líder. Embriagado pela minha própria ousadia, ignorei o perigo e aproximei-me, mas... quem era o Habache? Já tinha visto fotografias, mas ali, à mesa, eram todos tão parecidos... De repente, soube. A intuição disse-me que era aquele: o bigode, o olhar assertivo e iluminado. Só podia ser aquele. Postei-me à sua frente e desatei a explicar que era um jovem jornalista muito interessado na causa palestina, que tinha uma irreprimível curiosidade sobre as acções da FPLP, etc., etc. Fiz ainda uma longa prelecção sobre o *Público*, um dinâmico jornal que se pretendia afirmar como referência nas questões internacionais, e outra sobre as ancestrais relações entre Portugal e os reinos muçulmanos, relações essas que, no fundo, faziam dos nossos povos verdadeiros irmãos. Por tudo isto, concluí, queria uma entrevista, que seria certamente do interesse de

ambas as partes, ao contribuir para a informação e formação dos leitores e ao permitir-lhe, a ele, esclarecer melhor as suas posições perante o mundo.

Quando me aproximei de Habache, tive a vaga sensação de que os capangas relaxaram um pouco, aliviados. Achei que fosse pela forma directa e segura como me dirigi ao seu líder. Também me pareceu que Habache ficou com um sorrisinho um pouco parvo e embaraçado enquanto eu falava com ele, o que, em circunstâncias normais, seria indigno de um grande líder terrorista. Mas aquelas não eram circunstâncias normais. Só mais tarde percebi que me enganara. Habache sentava-se precisamente ao lado do capanga com quem eu estivera a falar. Ouviu o meu discurso patético e, a certa altura, fez um sinal para que me levassem dali.

No dia seguinte, recebi um telefonema no hotel, pedindo-me para comparecer no palácio. George Habache dar-me-ia uma entrevista. E deu. O verdadeiro Habache.

Vestido como um europeu, era, à primeira vista, um homem calmo, de figura respeitável, rosto sincero e tímido, movendo-se com dificuldade, apoiado numa bengala, acusando as sequelas de uma operação ao cérebro, dez anos antes. Uma observação mais atenta, porém, encontrava um olhar ressentido e acochado. E cansado, também.

Incomodava-o a imagem que o Ocidente construía sobre si. «Não sou um terrorista», disse. Nem um radical. A Palestina dos seus sonhos seria um país «unido, democrático e social. Com eleições livres. Nós seremos a esquerda nesse país».

O radicalismo de esquerda marxista-leninista de Habache estava nos antípodas do radicalismo fundamentalista islâmico de hoje. Aliou-se ao Hamas e à Jihad Islâmica da Palestina, em 1982, para protestar contra os Acordos de Oslo entre Arafat e Israel. Mas seria interessante ver como se posicionaria na correlação de forças que se formou nas décadas seguintes. Ele, que era cristão.

Na altura, com a Guerra do Golfo em preparação, após Saddam Hussein ter invadido o Kuwait, Habache fundamentava a sua solidariedade com os dogmas do nacionalismo árabe. Apoiava o Iraque no conflito que crescia com os EUA, apesar de condenar a invasão do Kuwait.

«É sabido em todo o mundo árabe que não apoiámos Saddam na guerra com o Irão. Não o apoiámos quando ele invadiu o Kuwait. Mas damos e daremos todo o nosso apoio a Saddam para enfrentar a invasão americana»,

disse Habache. «O Iraque é um apoiante da causa palestina. O Iraque é um país árabe. O Iraque faz parte da nação árabe. Se o Iraque for atacado, não esperem que fiquemos calados. É apenas isso o que eu afirmo. E que significa isto? A guerra tem a sua lógica própria, não me diga o contrário. O que é importante para todos os árabes é ganhar esta guerra, por todos os meios. E que, lamento dizer, as forças de Israel sofram o máximo de perdas e prejuízos, pois cometeram actos terríveis contra o nosso povo. Estamos prontos para o sacrifício, se isso for necessário para obtermos a nossa vingança. Isto é muito natural e não significa terrorismo como tentam fazer crer.»

Mas enquanto Habache desenhava desta forma o contorno das barricadas, já o Egipto e a Síria, além da própria Arábia Saudita, tinham anunciado o seu apoio aos EUA na guerra contra o Iraque.

Para além do que isto dizia sobre o anacronismo da lógica de Habache, colocava um problema prático: a FPLP tinha as suas bases na Síria.

«Há dois ou três anos, fiz um acordo de cavalheiros com o presidente Hafez al-Assad: a nossa presença na Síria não significaria que fôssemos obrigados a seguir a linha política de Damasco. “Sr. presidente”, disse-lhe eu, “se não vê inconveniente nisto, tudo bem, nós ficamos e agradecemos. Mas se esta situação se tornar difícil, por favor, diga-nos. Podemos sempre chegar a um entendimento entre cavalheiros. Pode dizer-nos, ‘Por favor, vão-se embora’, que não faremos uma guerra por causa disso.” Espero que o presidente Assad se lembre desse acordo. Até agora, não nos disse nada. Os nossos escritórios estão abertos em Damasco e funcionam normalmente.»

Nunca fiando, a FPLP tinha, entretanto, aberto uma delegação em Bagdade. E considerava a possibilidade de se mudar para lá definitivamente, se a vida na Síria se tornasse difícil. «Sim, Bagdade poderá ser a nossa futura sede», admitiu Habache. «Mas também temos a possibilidade de nos instalarmos na Tunísia, na Argélia, na Líbia ou no Iémen. Cinco possibilidades.»

Habache abandonaria a FPLP e a OLP em 2000. Mas tanto ele como a FPLP se tornariam cada vez mais irrelevantes no decorrer da década de 1990, à medida que os grupos islamistas, como o Hamas, ganhavam terreno na própria Palestina. Morreu de ataque cardíaco em 2008.

Para mim, a entrevista marcou o início do meu percurso de repórter internacional. Ensinou-me algumas noções-chave, muito úteis nas minhas

deambulações futuras. De repente, naqueles salões do palácio presidencial de Argel, percebi que ninguém é inacessível. Que não há nenhuma perspectiva que não possamos tentar compreender. Que alguém que dedica a vida a uma causa está, geralmente, de boa-fé, por mais que seja considerado um pária ou a encarnação do Mal a determinado momento. Que num mesmo partido, sector ou facção, há sempre uma cumplicidade, pelo menos afectiva, entre os moderados e os radicais.

Estes são protegidos secretamente por aqueles, que não os entregam, como um activo de salvaguarda e identidade do grupo. Um trunfo que pode ser necessário nos momentos difíceis. Só isso explicava a presença do terrorista Habache no palácio de Chadli Bendjedid.

Entre o *Rai* e a FIS

Viajei para Argel depois das eleições locais que deram a vitória à Frente Islâmica de Salvação (FIS) e quando se multiplicavam as manifestações dos fundamentalistas, reprimidas brutalmente pelas autoridades. O clima era de ansiedade, mas também de euforia.

Ao deambular sozinho pela cidade, a primeira impressão era o domínio dos jovens. Os grupos de rapazes encostados às paredes, desempregados, os *hitistes*, base de apoio dos fundamentalistas.

Uma rapariga de rosto coberto e *hijab* avança em direcção à praia de mão dada a um rapaz de blusão de cabedal e cabelo loiro eriçado. Para trás, ficaram uma mesquita e um arranha-céus, lado a lado. Tudo isto foi pintado num gigantesco cenário por detrás do palco, onde estavam escritas, em caracteres árabes multicolores, as palavras SEM FRONTEIRAS.

Aos primeiros acordes de Abdelhak Oumalou e seu grupo, centenas de pessoas saltaram num ímpeto para a base do anfiteatro e para o palco para dançarem o *rai*, com os braços no ar e os pés dedicados a uma variante da *rumba*. Entre os que dançavam, a esmagadora maioria eram rapazes, alguns barbudos, com longos *kamiss* brancos até aos pés.

As raparigas ficavam sentadas, quase todas, embora com notória contrariedade. Mesmo as que escondiam o sorriso envergonhado por trás do *hijab*, apesar dos 35 °C à noite. Os que assistiam acompanhavam a música com palmas, conversavam, bebiam cerveja, fumavam haxixe ou olhavam,

simplesmente. Zakaria convidou-me para dançar. Teatro do complexo turístico Club des Pins, a 100 metros do mar. Municipalidade de Argel, dirigida pelos fundamentalistas da Frente Islâmica de Salvação. Estado de sítio.

É manifesto que o *kamiss* dificulta os movimentos na dança do *rai*. A simples necessidade de alçar um pouco o saíote para soltar os pés desvia os braços da sua posição regulamentar, levantados. Ver os «barbudos» nestas dificuldades fazia recordar, de forma caricatural, a conversa que tive-
ra à tarde com Ahmed Bedjaoui, professor da Universidade de Argel, que acabava de recusar o convite para assumir o Ministério da Comunicação. «O fundamentalismo nega festas, ou seja, a cultura.» Era epidérmico, o movimento desencadeado pela FIS. Não havia vestígios dele na produção artística ou intelectual. Talvez o espírito argelino fosse adverso ao fundamentalismo. Quanto às desordens daquelas semanas, os argelinos encaravam-nas com alguma distância. Predominava a sensação de que se tratava de um fenómeno passageiro que não interferia com a evolução implacável das coisas. Isto devia-se, segundo Bedjaoui, à força que o Estado sempre teve na sociedade argelina. As pessoas têm a sensação de que tudo está sob controlo, e sentem-se seguras.

Os jovens amavam o *rai* e, ao que parecia, estavam, na sua maioria, com a FIS. Os dois movimentos existiam nos antípodas um do outro, mas isso pouco importava. À sua maneira, eram duas formas de contestação — da ordem sexual, o *rai*; da ordem social, a FIS.

Mais de 60% dos 25 milhões de habitantes, os jovens argelinos dividiam-se, explicaram-me, em duas espécies principais: os *hitistes* (que significa: «os que estão encostados às paredes») e os *tchi-tchis* (os «queques»).

Os *hitistes* não tinham nada para fazer e passavam os dias a conversar uns com os outros. E ouviam o *rai*: «Fazemos amor num barraco velho», dizia a letra. «O meu coração e o teu, pendurados a escorrer sangue no gancho do carnicheiro.»

Não havia empregos, uma renda de casa podia custar cinco mil euros por mês. Para se conseguir algum privilégio, era necessário ter amigos próximos do governo ou praticar o *trabendo* (contrabando). Era o caso dos que ocupavam os fantásticos apartamentos de férias do Club des Pins, explicou Zakaria. Portanto, era preciso fazer qualquer coisa, viajar, fugir,

possuir algo que transcendesse a realidade mesquinha, uma aura. Pela sua parte, Zakaria, *fisista*, já estivera em Espanha, onde conheceu uma sueca com quem viveu «no mesmo apartamento». Gostaria de casar com ela, mas, «de momento», não tinha dinheiro nem para a boda nem para viajar outra vez.

Todos falavam em partir para Espanha, França, Itália, Alemanha e, claro, Portugal. Com um quê de delírio, todos falavam de música, de automóveis, de mulheres, das experiências extraordinárias que já tinham tido e das de outros, seus amigos — e falavam da FIS, numa espécie de êxtase. Transportavam-se para um mundo maravilhoso de milagres, profecias, personagens imortais.

A prática prolongada do *hitismo* levava a tomadas de decisão radicais. O islamismo surgia como a única verdadeira alternativa que ainda não deixara cair os muros. A democracia era algo demasiado mole para mobilizar fosse quem fosse. Permitia que continuasse a haver ricos e pobres, promovia a tolerância ou mesmo a indiferença. Os oprimidos preferiam o confronto, a luta e a vingança.

Mas a FIS era um fenómeno passageiro, insistia Bedjaoui. «O que me assusta é o depois da FIS. Que vão fazer todos esses jovens habituados à violência, ao confronto?»

A sociedade argelina era culta e aberta. A imprensa florescia, discutiam-se ideias, produziam-se inúmeras teorias e explicações para todos os fenómenos sociais e políticos. Quem de alguma forma logrou integrar-se no sistema social não abdicava de compreender a ordem complexa que o regia. Aos jovens pobres e desempregados, aos *hitistes*, rodeava-os uma desordem desmesurada.

O que se passaria por trás dos olhos de Zakaria quando vagueava pelo *souk* do Casbah, onde, entre o ávido formigueiro humano, se remexia no lixo, se tentava vender um copo de água, uns sapatos rotos, cobrar um dinar pela utilização de uma velha balança? Quando me levou a um certo local, onde, à noite, duas mulheres de *hijab* e o rosto coberto com o *hajar* aguardavam em silêncio à beira da estrada? «Observa», segredou Zakaria, enquanto um automóvel se detinha ao pé delas. «São prostitutas.» Ou quando o *muezzin* da mesquita chamava para a oração, ao pôr-do-sol, cobrindo a cidade com uma aura de mistério? «Deus é grande! Só Deus é Deus! Vem à Oração!»

Uma longa aprendizagem

A cabo de sair do gabinete de Eduardo Lourenço, na Fundação Gulbenkian, mergulhado num sentimento de tristeza. Não indignação ou revolta, já consequência de alguma convicção, de um fundamento.

Lourenço lançou um volume com textos sobre o Império português escritos no tempo da ditadura. Textos críticos, mas que não deixam de ter em conta a lógica do regime e da época. Lidos hoje, parecem corajosos e conformados ao mesmo tempo. «Não os renego porque os escrevi com paixão», disse ele. «E com a ideia de que ainda se podia acordar, quando já estávamos à beira do precipício. De que podíamos ganhar a consciência de que uma fase histórica, por mais justificada que tivesse sido no passado, tinha terminado. Estava a terminar em todo o lado. Quando a Inglaterra larga a Índia, a França a Argélia, como é que nós podíamos escapar a uma onda que era universal?»

Não se ganhou essa consciência. O regime manteve as colónias por mais uma década. «Em Portugal, era impossível a problematização. Os colonos estavam em África como se estivessem em casa. Nessa altura, comecei a escrever esses textos que são uma reflexão acerca de nós, de Portugal como nação colonizadora. Mas enquanto o vivemos, até à rebelião africana, era um colonialismo inocente.»

Onde a problematização era possível, não o era a inocência. Eduardo Lourenço viveu em França grande parte da sua vida. E também lá, «onde a problematização se podia fazer, porque a situação colonial era incompatível com os princípios da Revolução, não foi fácil superar o trauma da Argélia».

Os franceses não aceitaram perder a colónia do Norte de África, ainda que vivessem já em democracia e fossem os arautos dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade. «De acordo com o princípio da Universalidade, que Montaigne exprimiu de forma maravilhosa, cada homem é o género humano. Há uma universalidade congénita, que não é a da situação que se adquire, mas a da nossa própria essência de seres livres. Cada homem é a condição humana numa pessoa», disse Eduardo Lourenço.

Na Argélia, porém, os franceses trataram os autóctones como não-cidadãos. A invasão do território, em 1830, deu-se 40 anos depois da Revolução. Bastou o insulto ao cônsul francês pelo rei de Argel, que lhe bateu na cara com um enxota-moscas enquanto lhe chamava «canalha

malvado, ímpio e adorador de ídolos», para a França entrar em contradição consigo própria.

E enquanto a Argélia foi parte integrante da França, os argelinos não tinham direito de voto; e quando o tiveram, as eleições foram grosseiramente falsificadas porque se considerou que a população não estava habilitada para tomar decisões. Um exemplo para o que se viria a passar mais tarde, nas eleições de 1991–92. A violência desproporcionada com que os franceses reagiram quando os argelinos se revoltaram viria a ser imitada pelos fundamentalistas islâmicos depois do cancelamento das eleições e da dissolução do partido maioritário, em 1992. Foi uma longa aprendizagem.

Durante a Guerra da Argélia, os franceses bombardearam e massacraram aldeias inteiras, prenderam civis e torturaram-nos, com choques eléctricos e outras técnicas refinadas. Violaram as mulheres. Tudo isso está documentado. Houve testemunhos, livros, debates públicos em França. Jean-Paul Sartre proferiu conferências em que mostrava, com recurso a documentos inéditos, que os métodos de tortura adoptados pelos militares franceses na Argélia eram copiados dos usados pelos oficiais da Gestapo durante a ocupação nazi da França. A Gestapo foi banida, mas os especialistas franceses em tortura ensinariam nas décadas seguintes, um pouco por todo o mundo, desde a África do Sul do *apartheid* às ditaduras da América Latina, passando pelos EUA durante a Guerra do Vietname, os métodos aprendidos.

Na Argélia, já antes do início da guerra, naquele que veio a chamar-se Massacre de Sétif, em 1945, foram assassinadas seis mil pessoas, entre as quais muitas crianças, como resposta a uma manifestação que redundou em violência, resultando na morte de 103 franceses. Pouco depois, as tropas francesas asfixiaram 500 argelinos, também muitos deles mulheres e crianças, ateando uma fogueira na entrada de uma gruta onde tinham procurado refúgio.

Todos estes actos foram imitados pela FLN contra os franceses (num campo de prisioneiros, foram encontrados corpos de soldados franceses com os olhos vazados e os órgãos genitais na boca), e depois, quando no poder, contra os seus dissidentes, incluindo os islamistas, e estes, quando ilegalizados e escorraçados depois do cancelamento das eleições de 1992, repetiriam as atrocidades contra as populações consideradas traidoras.

O fundamentalismo islâmico existia na Argélia muito antes da FIS. Era uma das correntes, talvez a mais enraizada, que se opunham ao colonizador

francês. As primeiras manifestações independentistas foram, aliás, de tendência islamista. A Argélia era muçulmana, não cristã — era esta a palavra de ordem.

Quem assumiu e liderou a luta foi a FLN, de tendência socialista árabe, o movimento internacional que se opunha ao Ocidente colonialista e pretendia unir os árabes em todo o mundo. O arabismo era o elemento agregador, produtor de identidade, não o islamismo. Este foi assimilado pela FLN, onde se tornou uma corrente importante.

Vencida a guerra, o islão ficou consagrado na Constituição de 1962 como religião do Estado. O presidente Houari Boumédiène gostava de proclamar que os argelinos tinham infligido aos infiéis a primeira derrota desde Saladino.

A FLN criou o seu Estado de inspiração socialista com fortes traços ditatoriais. E a sua mitologia, discriminadora. Os *mujahidin*, heróis da Guerra e da Revolução, foram privilegiados desde o início. A lei favorecia-os, mesmo sem corrupção. Tiveram direito a ocupar as casas dos colonos franceses, que depois puderam comprar a preços simbólicos. Tinham acesso directo (extensível à família) a licenças de taxista ou de exploração de cafés. Se fossem advogados, podiam exercer sem precisarem de estágio. Podiam importar um carro livre de impostos de cinco em cinco anos.

Depois instalou-se a corrupção, a prepotência, os ganhos com os negócios do Estado, ao mesmo tempo que a maioria da população não tinha acesso à riqueza, à educação, à habitação. A queda dos preços do petróleo, em 1986, veio agudizar os problemas. O desemprego aumentou, a escassez de casas de habitação tornou-se insustentável numa sociedade com uma das mais altas taxas de natalidade do mundo. Em Argel, famílias de 20 pessoas viviam em apartamentos minúsculos de duas assoalhadas. Uma das consequências da falta de casas seria o aumento da idade média do casamento, o que espalhou a ansiedade e a frustração sexual entre a juventude.

Uma vaga de protestos, em 1988, e a respectiva repressão sangrenta levaram o presidente, Chadli Bendjedid, a tentar uma abertura do regime, imitando os outros países socialistas seus aliados, da URSS à Europa de Leste. A alteração constitucional de 1989 reconhecia a liberdade de expressão, de reunião e de manifestação. Foi permitida a criação de partidos políticos e fixado um calendário eleitoral.

Os islamistas aproveitaram para sair da clandestinidade. Temendo o seu potencial contestatário, o governo permitiu-lhes organizarem-se

nas universidades, criarem uma milícia de costumes no campus universitário, transformarem teatros e espaços desportivos em lugares de oração, formarem estruturas de assistência e caridade nos bairros pobres.

Quando a FIS foi fundada na mesquita do bairro de Bab El Oued, em 1989, já existiam vários outros grupos islamistas bem organizados. Os mais antigos seriam os Irmãos Muçulmanos, inspirados na mesma organização egípcia, que se dividiam em três subgrupos. Nenhum deles integrou a FIS, optando por aderir a uma organização radical armada, o GIA, ao contrário dos salafistas, chefiados pelo pregador Ali Benhadj, e os chamados «afegãos», ex-combatentes argelinos na guerra do Afeganistão contra a URSS. Eram cerca de três mil, tinham passado, na sua maioria, pelo grupo Maktab Al-Khadamat de Bin Laden, e odiavam a democracia ocidental. Para eles, o governo teria de ser derrotado pela jihad armada, que imporia depois o Estado Islâmico.

Os «afegãos», chefiados pelo radical Said Makhloufi, seriam uma das facções da FIS mais relutantes em aceitar a jihad política, ou seja, a luta pelo poder pela via eleitoral. Outra facção, liderada pelo professor e antigo combatente da FLN Abbassi Madani, estava disposta a fazer o jogo da democracia. Acabaria por prevalecer, levando a FIS a vencer as eleições autárquicas e, depois, a primeira volta das legislativas.

Foi um erro. Acreditaram que a comunidade internacional não deixaria de apoiar a legalidade democrática, mesmo tendo sido os fundamentalistas a ganharem as eleições. Aconteceu o contrário. Quando o regime de Argel interrompeu o processo, cancelando a segunda volta das eleições e ilegalizando a FIS, o mundo ocidental calou-se ou deu-lhe apoio explícito.

É impossível saber como estaríamos hoje se isso não tivesse acontecido. A História contrafactual não é uma ciência, os factores imponderáveis são infinitos. Mas podemos sempre interrogar-nos.

Se se tivesse permitido à FIS formar governo, organizar o seu Estado Islâmico com base eleitoral e legitimidade democrática, o que teria feito? Teria acabado com a democracia ou tê-la-ia interiorizado? Teria acelerado ainda mais a radicalização de todo o mundo muçulmano ou teria, adaptando-o, esvaziando-o das componentes de intolerância e violência, integrado o islamismo como ideologia política na comunidade das nações civilizadas? Nunca saberemos.

Campanha eleitoral e demissão do presidente

Voltei a Argel em pleno processo eleitoral, em Dezembro de 1991. A FIS tinha vencido a primeira volta das legislativas e preparava-se para conseguir uma maioria absoluta na segunda volta, marcada para 16 de Janeiro.

A cidade estava efervescente, com discussões acaloradas em cada esquina. Era a mesma Argel que eu conhecera um ano antes, os mesmos edifícios coloniais brancos decadentes e a mesma vertigem de proximidade humana no *souk* e na Casbah os mesmos aromas, as mesmas hordas de jovens à deriva. Era a cidade cuja loucura incompreensível me tinha apaixonado desde o primeiro momento, mas agora como que lançada num propósito. Cumprindo o seu destino e entrando, no mesmo acto, num terreno perigoso e proibido.

O regime decidira democratizar-se, abrindo-se ao multipartidarismo, e arriscava-se a ter de ceder o poder a um partido fundamentalista islâmico, logo nas primeiras eleições. Por via eleitoral, a democracia desapareceria mesmo antes de ter começado.

Os resultados finais da primeira volta das legislativas davam aos fundamentalistas da FIS um total de 184 lugares no futuro Parlamento, seguidos pela Frente de Forças Socialistas (FFS), com 25, e pela Frente de Libertação Nacional (FLN), o ex-partido único, com apenas 16.

Considerando que na segunda volta estariam em jogo 188 circunscrições, nas quais a FIS tinha a maioria relativa em 145, era quase certo que os fundamentalistas obteriam os 32 deputados de que necessitavam para a maioria absoluta.

O que estava prestes a acontecer era tão estranho, que muitas pessoas com quem falei na rua não pareciam preparadas para compreender a situação. Não atribuíam muita importância aos acontecimentos, persuadidas de que as eleições não trariam mudanças significativas à vida do país. Outros acusavam directamente os partidos democráticos de serem responsáveis. «Se, em vez de se fecharem em querelas superficiais, tivessem proposto soluções para os problemas da vida quotidiana, teríamos votado neles», ouvi dizer um eleitor da FIS no meio de um grupo de pessoas que se juntou à sua volta.

Em contraste com as prédicas inflamadas dos imãs logo após o anúncio da vitória da FIS na primeira volta, o líder dos fundamentalistas surgiu

no dia seguinte, numa conferência de imprensa, com um discurso moderado, destinado a tranquilizar os sectores mais receosos, dentro e fora do país.

Abdelkader Hachani, absolutamente convencido de que o seu partido iria obter a maioria absoluta na Assembleia Popular Nacional, declarou que estava disposto a coabitar com o presidente da República, Chadli Bendjedid, e avisou o Exército contra uma intervenção.

A FIS, que tinha exigido no dia anterior a realização de eleições presidenciais dentro de um mês, afirmava agora que o Madjliss Echoura, o seu órgão executivo, poderia «deixar isso para mais tarde», na condição de ter «garantias reais de poder aplicar o programa, de forma a não trair o povo que votou na FIS». O presidente poderia, portanto, permanecer no seu posto, na condição de a Assembleia «não ser esvaziada das suas prerrogativas».

Os partidos derrotados, entretanto, confundidos, desunidos e sem uma estratégia para a segunda volta, torturavam-se a tentar encontrar as razões do fracasso. Os países vizinhos, também eles a braços com a ameaça fundamentalista, mantinham um silêncio expectante, receosos de um contágio, mas satisfeitos por terem adoptado estratégias menos honestas, se bem que mais eficazes, para conter o perigo.

Nos dias seguintes, surgiram notícias de que os carismáticos e radicais líderes da FIS, detidos em Junho sob acusação de terem organizado manifestações violentas na capital, seriam libertados. Com o regresso de Madani e Benhadj à vida política activa, seria de esperar uma radicalização do partido, que dificilmente aceitaria formar um governo sem poderes para instaurar um «Estado islâmico».

Ao mesmo tempo, várias fontes diziam nos jornais que tanques e unidades militares tomavam posições em redor de Argel. Outras falavam abertamente em golpe militar.

Numa conferência de imprensa, Hachani, o líder interino da FIS, confirmaria o carácter volátil da situação, ao dizer que não havia sinais de que o governo estivesse a preparar-se para a segunda volta das eleições, prevista para dia 16. «O número de candidatos não foi definido, o método de votação não está claro, nem a forma como as eleições vão ser supervisionadas. Questionámos o governo sobre isto, mas não recebemos nenhuma resposta.»

A campanha eleitoral, porém, tinha de prosseguir. No caso da FIS, os comícios e as sessões públicas resumiam-se aos momentos de oração

nas mesquitas. Os grandes dias de mobilização política eram, portanto, as sextas-feiras, e o grande centro da acção era o bairro de Bab El Oued, um dos mais pobres de Argel e principal bastião dos fundamentalistas.

Na sexta-feira seguinte à divulgação dos resultados eleitorais, milhares de pessoas concentraram-se junto à mesquita de El-Sunna, em Bab El Oued, para ouvirem os imãs explicarem a sua «via argelina» para o Estado Islâmico.

«Deixámos que nos calassem duas vezes. Em Outubro e em Junho. Não o permitiremos desta vez», declarou aos altifalantes o imã Redouan Achira, um dos líderes da FIS. Referia-se às manifestações violentas de Outubro de 1988 e em Junho último. «Desta vez, lutaremos pelo Islão», acrescentou com voz febril.

Depois, perante os milhares de fiéis que enchiam a mesquita e as ruas em frente, denunciou as campanhas de difamação de que a FIS estava a ser vítima e as tentativas por parte do poder e de certos partidos, a que chamou «forças obscurantistas», de travar o processo democrático. «Esses partidos começam agora a mostrar a sua verdadeira face. Estão todos unidos para não permitir que a FIS suba ao poder.» E voltou a referir-se às acusações que o seu colega do órgão executivo da FIS, Abdelkader Hachani, lançara dois dias antes, segundo as quais o Exército estaria a tomar posições estratégicas por todo o país. «Por que razão a televisão não informa que o Exército está a cercar Argel, que os militares saíram das casernas?», desafiou Achira.

A mesquita de El-Sunna, a mais radical das controladas pela FIS, onde costumava discursar o líder Ali Benhadj antes de ser preso, onde foi declarada a criação da FIS e de onde foi lançada a greve geral de Junho era, afinal, uma pequena casa em construção, ainda em tijolo nu. A antiga mesquita era tão velha, que os habitantes do bairro se quotizaram para construir esta.

Enquanto o discurso de Achira subia de tom, a multidão de homens, sentada nos passeios e no meio da rua, ouvia em absoluto silêncio. Todos descalços, sentados em pequenos tapetes coloridos que trouxeram consigo. As lojas de Bab El Oued encerraram e as casas ficaram vazias, a maioria com as portas e as janelas abertas.

Havia um intenso cheiro a *musk*, o perfume que os homens usam para a oração em conjunto com uma espécie de maquilhagem escura para os olhos, o *khol*, e de batom para os lábios, feito de casca de noqueira. Vestindo

as mesmas túnicas e os pequenos barretes brancos (*taqiyah*), muitas crianças vinham para a oração, algumas com menos de três ou quatro anos.

Eram momentos de um silêncio estranho, os que precediam a pré-dica do imã, mas de intenso calor humano.

Terminada a pré-dica, era a altura da oração propriamente dita, após a qual todos se levantaram e dispersaram rapidamente, à excepção de alguns «barbudos» que ficaram a conversar em voz baixa. «Agora tenho a certeza: vai haver uma guerra na Argélia», disse-me, pensativo, Karim, um desempregado de 21 anos. «As pessoas não vão aceitar que tentem impedir a construção do Estado Islâmico. Se for necessário, vão lutar.» Por seu lado, Saidi, um jovem trabalhador da construção civil, tinha a certeza de que não haveria combates entre os militantes da FIS e o exército porque «os muçulmanos não podem lutar contra outros muçulmanos».

De uma forma ou de outra, ninguém duvidava de que o Estado Islâmico iria ser estabelecido. «Depois, todos terão de cumprir a *sharia* (lei islâmica), de se submeter à maioria», disse Mohamed, outro *fisista*, que era também jornalista. Mohamed tinha vinte e poucos anos e trabalhava no diário *L'Espoir* e no semanário *L'Événement*, ambos em língua francesa e de tendência democrática. Pertencia a uma família pobre e numerosa que habitava um apartamento miserável de duas assoalhadas nos arredores da cidade. Mohamed dividia um quarto com oito irmãos, quase não comia e raramente tinha oportunidade de tomar banho, o que era patente no cheiro da sua roupa, que nunca mudava. Era inteligente, idealista e corajoso, sabia tudo. Conheci-o neste comício e passou a ser o meu companheiro de todos os momentos até à minha atribulada saída da Argélia.

Não era propriamente um jornalista independente. Cumpria todas as regras, fazia entrevistas, desconfiava dos rumores, cruzava informações. Mas tinha um claro *parti pris* pela FIS. Não podia ser de outra forma. A sua idade, os seus amigos e a sua condição de jovem urbano pobre posicionavam-no num ponto de observação com poucas opções. E o facto de ser jornalista não alterava isso. Nem devia. Mohamed, na sua intuição de intérprete da realidade, limitava-se a identificar o sentido da razão. O lado certo da História.

Na altura, apesar de conhecer a natureza ideológica da FIS, também eu me sentia identificado com os fundamentalistas. Eram eles que estavam do lado dos mais fracos. Eram eles quem combatia a corrupção e a injustiça.

Eram eles que tinham o discurso mais autêntico e mais sincero. E, sobretudo, eram eles os vencedores das eleições. Podiam ser sinistros se observados do exterior, e ainda mais odiosos à luz do que sabemos hoje; mas ali, entre os jovens de Argel, em Janeiro de 1992, era fácil compreender o seu fascínio.

A conversa continuou entre os rapazes, no rescaldo do comício. «Todos queremos um Estado islâmico. A FIS é apenas o instrumento para o conseguir», disse Mohamed. Os outros confirmavam com gestos veementes. Mas, «para melhor explicar tudo isto», decidiram chamar Amar, 32 anos, engenheiro, que «sabe muito de política».

«Sim, vai ser aplicada a lei alcorânica, mas à maneira argelina, não como no Irão, que é xiita, ou qualquer outro país», explicou-me, paciente, Amar, acrescentando, moderado: «Aos poucos. Não se vai impor nada à força. É preciso começar pela educação, pela televisão. Temos de organizar a propaganda, falar às pessoas na rua. Às mulheres, que não saem e não vão à mesquita, é preciso falar-lhes através da televisão. As escolas e todos os meios de comunicação têm de divulgar o Alcorão, de o explicar.»

Quanto às antenas parabólicas que cobriam os telhados de Argel, Amar considerava «que são nocivas para o povo argelino. Devem ser proibidas. Mas também aos poucos, em simultâneo com uma campanha de esclarecimento. Um Estado islâmico não se constrói de um momento para o outro». E, para se fazer entender, estabeleceu uma comparação: «Na Europa, também, houve uma evolução. Há 50 anos, as mulheres não podiam sequer mostrar os tornozelos. Agora, frequentam campos de nudistas. Também nós precisamos de tempo para evoluir. Mas em sentido inverso, bem entendido.»

Estávamos entre jovens totalmente ocidentalizados, perto de um café chamado Dallas cuja televisão fora permanentemente sintonizada em canais franceses. Tentei o que, na altura, me pareceu uma chamada à realidade: seria aceitável, por exemplo, acabar com os tribunais e deixar os imãs aplicarem literalmente a lei alcorânica?

Sempre muito paciente e pedagógico, Amar insistiu na sua teoria da aplicação gradual da *sharia*: «A lei segundo a qual se deve amputar a mão de quem roubar, por exemplo, poderá estar em vigor dentro de alguns anos, sem problemas, porque ninguém roubará. Sabes quantas vezes o profeta teve de cortar mãos em toda a sua vida? Três. Três vezes apenas.» Desprovidos dos púlpitos das mesquitas para fazerem a sua campanha eleitoral, os outros partidos, com a solidariedade de várias organizações

sociais, económicas e culturais (reunidas num Comité Nacional para a Salvaguarda da Argélia) intensificaram a campanha para tentarem impedir a ascensão dos fundamentalistas.

Em Oran, dezenas de milhares de pessoas saíram à rua sob a palavra de ordem «Nem Arábia, nem Irão, nem Paquistão — a Argélia, simplesmente». E, em Argel, foram as mulheres que se manifestaram, na Praça 1 de Maio, contra a instauração de um Estado islâmico. «Não tivemos medo de lutar contra uma das maiores potências mundiais para defender a nossa liberdade. Não serão agora uns barbudos que nos vão intimidar», disse-me uma antiga combatente da guerra contra a França.

Ait Ahmed era o líder da FFS. É, com Ben Bella e Mohamed Budiaf, um dos nove chefes históricos da revolução argelina.

Após a independência, em 1962, foi eleito para a Assembleia Constituinte, de onde saiu um ano depois para formar a FFS e lutar contra o regime do presidente Ben Bella. Foi preso em 1964, condenado à morte e, posteriormente, amnistiado. Conseguiu evadir-se, dois anos depois, e exilou-se na Suíça, de onde regressou em 1989, após a abertura do regime por Chadli Bendjedid. Era a favor da separação da religião e do Estado, da abolição do código da família e da emancipação das mulheres.

Era o líder da tendência democrática, a oposição óbvia ao poder nacionalista, socialista e corrupto da FLN. Representava a alternativa moderna na qual, pensou-se, os argelinos votariam se lhes fosse dada a oportunidade de escolherem o seu destino.

Para ele, que passara a vida a lutar pela democratização do país, ver que os argelinos, nas primeiras eleições livres da sua história, correram a votar em massa num partido fundamentalista era uma decepção que dificilmente conseguiria ultrapassar.

Fui falar com ele na sede da FFS. A azáfama da campanha simulava uma atmosfera de imenso entusiasmo. Colaboradores, activistas e líderes do partido corriam de um lado para o outro, discutia-se a situação, preparavam-se acções.

Ait Ahmed encontrava-se no centro de tudo, mas era fácil perceber-lhe no olhar o sentimento de revolta. Poucas vezes vi um homem tão profundamente desiludido. Era o rosto de um líder traído, escorraçado pela História.

Só encontrava uma forma de explicar o sucedido: tinha sido uma conspiração. «É preciso não esquecer que as instituições do Estado estão

minadas pelas lutas de clãs, ferozes e clandestinas», disse ele. Familia-
rizado com o funcionamento da FLN desde os primórdios, foi-lhe fácil
imaginar sórdidas congeminções nas instâncias do partido e do gover-
no, que teriam facilitado a ascensão da FIS para afastar a oposição de-
mocrática. Tudo para legitimar um golpe de Estado. «Programaram-se
tumultos de rua, deixando a FIS praticar a violência, fazer tudo o que
quis», explicou Ait Ahmed. «Permitiram que se constituíssem milícias da
FIS, que houvesse actos de violência nas residências onde havia raparigas,
que as municipalidades da FIS acabassem com as associações culturais,
musicais. Entreguei um memorando ao presidente da República, fizemos
grandes manifestações, pedindo que intervissem para dar segurança aos
cidadãos. Mas eles permitiram que se fizesse tudo. Tratava-se de uma es-
tratégia de bipolarização. O poder quis impor ao povo argelino a escolha
entre a FIS e a FLN. E, para causar medo aos argelinos e à opinião pública
internacional, fizeram mesmo tudo para que eles ganhassem as eleições
municipais de Junho, dando a entender que não havia outra salvação
a não ser o Estado policial.»

Não obstante as previsões de vitória dos integristas, o dirigente da FFS
preferia que se mantivesse o calendário eleitoral. «Vejo com bons olhos
a realização da segunda volta. Mesmo que tenham dois terços da assem-
bleia, o presidente da República tem recursos constitucionais para prote-
ger a democracia. É preciso empurrá-los para o círculo do poder, embora
preservando os atributos da soberania. A FIS tem numerosas contradi-
ções. A maior parte dos seus dirigentes não se entende e é geralmente
no poder que essas contradições vêm à superfície», disse-me Ait Ahmed,
querendo mostrar a sua crença na democracia até ao fim. «Integrá-los é a
melhor maneira de evitar o extremismo. A repressão fabrica o terrorismo
e a melhor maneira de resolver o problema é política, sendo também a
solução dos problemas económicos e sociais.»

Subitamente, enquanto decorria a nossa entrevista, surgiu na televisão
o anúncio da demissão do presidente da República. O discurso foi feito
pelo próprio Chadli Benjedid, que, com ar acabrunhado, disse que «diante
da amplitude do perigo iminente», considerara na sua «alma e consciên-
cia que as iniciativas adoptadas não podem garantir a paz e a concórdia
entre os cidadãos». E acrescentou: «Perante estes graves desenvolvimen-
tos, reflecti longamente na situação de crise e nas soluções possíveis.
A única conclusão a que cheguei é a de que não posso continuar a exercer

plenamente as minhas funções sem faltar ao juramento sagrado que fiz à nação [...] A única solução para a crise actual reside na necessidade de me retirar da vida política», concluiu Chadli, pedindo aos argelinos que considerassem essa decisão como um «sacrifício» da sua parte.

Ait Ahmed empalideceu. «É um acontecimento muito grave para a Argélia», foi a primeira coisa que disse. «Esperava todo o tipo de acontecimentos, menos este. De forma alguma.» Na sua perspectiva, era o golpe de Estado, embora não como tinha previsto.

Logo a seguir, vieram as notícias de que os tanques tinham entrado nas ruas da capital e de que, como a Constituição estipulava a necessidade de realizar eleições presidenciais num prazo de 45 dias, a segunda volta das legislativas ficava adiada.

Tudo parecia confirmar-se. Com a demissão de Chadli, desaparecia também a única garantia de que o processo decorreria dentro da legalidade constitucional.

Nunca foi segredo para ninguém que, após os tumultos de Outubro de 1988, que levaram o presidente a iniciar a abertura do regime, certos sectores do poder nunca aceitaram essas reformas, políticas e económicas. Por trás de todos os pretextos (como agora o receio do fundamentalismo) escondia-se de facto o medo de perder os privilégios de que gozavam no antigo sistema, com os monopólios do Estado e a corrupção organizada.

Neste cenário, a demissão de Chadli teria assim provado que a verdadeira luta na Argélia não era a da FIS contra a FLN ou os partidos democráticos, mas sim entre as várias facções do poder (a favor e contra as reformas), que utilizaram os fundamentalistas como espantalho e como meio de captar o movimento social de descontentamento.

Durante todo o resto do dia, a televisão apresentou programas sobre a Natureza, a vida das aves e dos peixes. «O mais eloquente dos noticiários», observou Mohamed. «Foi o mesmo em 1988 e em Junho do ano passado. Quer dizer que estão a fazer um golpe de Estado.»

A vida da cidade decorreu como se nada se tivesse passado, com o habitual trânsito infernal, as multidões de transeuntes em azáfama barulhenta, os jovens desempregados encostados nas esquinas.

«O que é preciso é tirar essa gente do poder», explicou-me, numa conversa em Bal el-Oued, um rapaz minúsculo a quem os outros chamavam *Mosquito*. Mas foi interrompido por outro, que se pôs à frente e se meteu na conversa: «Porque não deixam a FIS mostrar o que vale?» E, usando

a mesma tese, com as mesmas palavras, do editorial do jornal da FIS, *El Forkane*: «Não se pode julgar ninguém antes de ter cometido o crime. Deixem-nos governar durante cinco anos; depois, se não conseguirem resolver nada, o povo não os escolhe mais.» Quando o confrontei com a possibilidade de não haver depois eleições, uma vez que a FIS se declarava contra a democracia, não se mostrou desconcertado: «É verdade que o povo decidiu que não quer a democracia. Mas os líderes da FIS, se souberem que o povo não está satisfeito com eles, vêm-se embora.» Como poderia ter a certeza disso? «Nós sabemos, porque confiamos neles. São pessoas que a gente conhece, são como nós, não são como os governantes corruptos.»

A FIS é o povo

O Alto Conselho de Segurança, um órgão, até então, meramente consultivo, parecia ter assumido todo o poder ao anunciar oficialmente o cancelamento das eleições, declarando a «impossibilidade de prosseguir o processo eleitoral». O Conselho, que estava reunido em «sessão permanente», anunciou ainda que «todas as questões susceptíveis de pôr em causa a ordem pública e a segurança do Estado» passavam a estar, provisoriamente, sob o seu controlo.

Abdelkader Hachani, o líder provisório da FIS, veio dizer que a demissão do presidente e a dissolução da Assembleia não foram mais do que «um golpe de teatro destinado a ignorar a vontade do povo e a cancelar os resultados das eleições gerais». E avisou contra quaisquer medidas que pudessem ser tomadas «contra a escolha popular. O processo eleitoral deve continuar». Os argelinos deviam «estar vigilantes e prontos para fazer abortar qualquer conspiração destinada a liquidar o projecto de sociedade que ambicionam. Estejam atentos», concluiu. «Os profissionais do despotismo querem roubar a vossa guerra santa, a vossa luta e o vosso sonho de um Estado islâmico.»

Num comunicado divulgado na sua sede em Argel, a FIS classificou a demissão do presidente da República, Chadli Bendjedid, como «anticonstitucional» e fazendo parte de uma conspiração contra o projecto islâmico de sociedade. «A facção do poder que traiu Deus e o Profeta despreza a vontade popular e pretende governar a qualquer preço», acusaram.

E prosseguiram: «Perante a gravidade da situação, é ilícito para qualquer muçulmano manter uma posição de neutralidade.»

Esta asserção, à luz dos princípios islâmicos, podia ser interpretada como uma ordem de Deus para a acção directa. Segundo o Alcorão, constitui uma obrigação de todo o muçulmano reagir quando alguém indefeso é atacado.

«A situação é tão grave, que é necessário mobilizarmo-nos a qualquer preço para salvar a Argélia e os seus filhos. [...] Pedimos ao povo para rezar e para salvar o seu projecto e combater todas as conspirações contra o seu projecto. [...] É preciso estar vigilante e prepararmo-nos para qualquer eventualidade, obedecendo aos imperativos do interesse nacional.»

Na sua linguagem algo codificada, os fundamentalistas pareciam apelar para, num primeiro momento, uma mobilização em torno das mesquitas, à hora da oração. E, caso essa mobilização fosse sólida, poder-se-ia passar a uma fase de confronto directo.

Na sede da FIS, o clima era de grande tensão. Corriam rumores de que o partido poderia ser ilegalizado e os seus líderes presos. «Foi numa situação como esta, após terem dado uma conferência de imprensa, que Abbassi Madani e Ali Benhadj foram presos», contou-me Larbi, um jornalista argelino, enquanto esperávamos pelo comunicado de Hachani.

«A polícia entrou subitamente, mal acabaram de ler as suas declarações.» Por essa razão, as reuniões do Madjliss Echoura decorriam agora sob um grande secretismo. Dizia-se que se realizavam numa casa a mais de 100 quilómetros de Argel.

Na sede da FIS, um pequeno e velho apartamento cedido por um militante, concentraram-se dezenas de jornalistas, argelinos e estrangeiros.

Cerca de uma hora antes da divulgação do quinto comunicado, em língua árabe, chegou à sede da organização um dos seus dirigentes, Mohamed Said, seguido de um outro, Ali Aia, para saírem pouco depois. Terão vindo entregar pessoalmente o comunicado, assinado por Hachani. Não ter sido enviado por telefax, interpretaram imediatamente os jornalistas argelinos, significava que o comunicado era importante.

Os repórteres das televisões estrangeiras, ávidos de obterem imagens dos imãs que se tornaram vedetas internacionais, ligavam holofotes e câmaras, sempre que algum «barbudo» mais «exótico» entrava ou saía.

Nas outras portas dos apartamentos do edifício, surgiram por várias vezes vizinhos protestando pelo barulho. Um homem de meia-idade em

camisa de noite escancarou mesmo a porta de sua casa, exibindo um cubículo miserável com várias camas: «Estão a ver, a minha mãe está doente. Querem matá-la?»

Três dias depois da demissão do presidente, o vazio de poder foi preenchido pela nomeação de um Alto Conselho de Estado, um órgão colegial de cinco elementos não previsto na Constituição. O Alto Conselho de Estado, explicou um comunicado lido na rádio, exerceria os poderes presidenciais até Dezembro de 1993 e seria chefiado por Mohamed Boudiaf, um dissidente da FLN que vivia em Marrocos.

Entretanto, nas zonas populares de Argel, os «barbudos» desapareceram das ruas. Mohamed, o meu amigo jornalista, sabia porquê: «Estão todos nas mesquitas a ter reuniões.» Os activistas da FIS, de barba comprida, *jihlaba* e *taqiyah*, tinham as suas esquinas certas como «postos de controlo» dos bairros. Em Bab El Oued, como em Kouba ou na Casbah, os bairros populares e bastiões da FIS, os *hitistes* continuavam encostados às paredes — mas, «barbudos», nem a sombra.

Após a emissão do seu quinto comunicado, a FIS encontrava-se em reunião permanente para estudar e avaliar a situação, a todos os níveis da sua estrutura, desde o Madjliss Echoura, o órgão máximo, até às células de base, explicou Mohamed, que, dizia-me, se dedicava a estudar o fenómeno da FIS.

O quinto comunicado (desde a vitória na primeira volta das legislativas) «constituiu um ultimato ao actual poder», explicou. «Significa que, a partir de agora, o povo está mobilizado e pode, caso não haja concessões (como o anúncio de eleições presidenciais, por exemplo), passar à acção a qualquer momento.» Isso poderia acontecer no sexto ou sétimo comunicado e, provavelmente, sexta-feira, o dia da oração, um dia depois do previsto para a segunda volta das eleições, em que, segundo a FIS, o Estado islâmico seria conquistado.

«Foi assim em Junho», continuou Mohamed. «Ao primeiro apelo de mobilização, convocando uma greve geral, ninguém pareceu responder. No entanto, dias depois, houve multidões dispostas a lutar, em resposta à ordem de um comunicado do Madjliss Echoura.»

A Frente Islâmica mantinha um controlo rigoroso sobre a evolução da tensão entre os seus adeptos e sobre a sua acção, que podia ser desencadeada a qualquer momento, desde que um determinado nível de

mobilização tivesse sido obtido. Conseguia-o através de uma fina rede de comunicação que utilizava as mesquitas, em primeiro lugar, mas também através de canais como os vendedores de cigarros avulsos ou de rebuçados, que pululavam por toda a cidade, os taxistas, as estruturas municipais da administração e do Exército, e até as cadeias de TV estrangeiras, captadas pelas parabólicas que todos tinham em casa.

«O poder tenta sabotar esta teia de comunicação da FIS, que é a sua principal força, lançando rumores e utilizando agentes pseudo-informadores», acreditava Mohamed. «O objectivo actual pode ser o forjar de uma “provocação” por parte dos fundamentalistas que fosse pretexto para a sua ilegalização e a instauração da lei militar.»

Por esta razão ou por qualquer outra, Argel era uma encruzilhada de boatos e de informadores estranhamente solícitos. Como aquele alegado funcionário do Ministério da Defesa que quis encontrar-se «discretamente» comigo, para me informar «secretamente» de que havia «dezenas de tanques engenhosamente dissimulados por toda a cidade» prontos a entrar em acção.

Surgiram, é verdade, unidades de polícia armada e blindados em quase todas as praças mais movimentadas, e percebia-se o nervosismo crescente das pessoas. E não se sabia se a direcção da FIS ia decidir-se pelo confronto, que levaria à ilegalização do partido e à prisão dos seus dirigentes ainda em liberdade, ou manter os apoiantes apenas «vigilantes» e tentar exercer pressão sobre o novo poder.

A imprensa argelina anunciou que os líderes Abbassi Madani e Ali Benhadj, presos desde Junho, seriam julgados dentro de dias, no tribunal militar de Blida. E no mesmo dia Boudiaf chegava a Argel, recebido no aeroporto com honras de chefe de Estado, depois de um exílio de 28 anos em Marrocos, para chefiar o Conselho de Estado.

«A Argélia precisa de um projecto que não existe na FIS ou na FLN, mas sim no povo», declarou ele, acrescentando que a tarefa principal do Alto Conselho de Estado, cuja vigência, disse, não poderia ultrapassar 1993, era a de restabelecer a «confiança entre a base e o topo».

Num comunicado, a FIS declarou logo a seguir que, a partir daquele momento, não reconhecia nenhum dos actos e tratados nacionais e internacionais assinados pelo actual poder, contra o qual, anunciou, iria interpor uma acção judicial.

Sexta-feira, em Argel, todos os caminhos iam dar a Bab El Oued. Pelas grandes avenidas coloniais à beira-mar ou pelos túneis enovelados como canais de térmitas da Casbah, milhares de *fisistas* acorriam ao fim da manhã ao bairro popular de Bab El Oued, no Noroeste da cidade.

Mas na primeira sexta-feira após o golpe de Estado iniciado com a demissão do presidente, que interrompeu o processo eleitoral, Bab El Oued não vivia, como habitualmente, segundo a sua própria lei. Os «barbudos» aqui constituíam o poder administrativo e espiritual e «os homens usam normalmente uma pistola ou um punhal à cintura», dissera-me Mohamed.

Agora era diferente. Centenas de polícias de intervenção, com capacetes e armas de fogo, cercavam por completo o maior bastião da FIS (bem como o outro bairro «quente» de Argel, Kouba). Em todas as ruas que lhe davam acesso, os polícias impediam a entrada dos «barbudos» e de grande parte dos jovens com aspecto de *hitistes*. Os que não viviam em Bab El Oued deveriam ir fazer a oração nas mesquitas dos seus bairros, ordenavam, e os jovens voltavam para trás, sem protestos.

Mesmo assim, milhares de pessoas juntaram-se nas ruas em torno da mesquita do bairro, El-Sunna, onde se sabia que o sermão antes da oração seria proferido pelo líder da FIS, Abdelkader Hachani.

«A partir de agora, nós já não dizemos “a FIS”. Dizemos “o Povo”», disse-me Abdekrim, um jovem «barbudo». «Não somos fundamentalistas, somos muçulmanos, somos o povo argelino. Agora vivemos num Estado policial. É a ditadura.»

«Mesmo que nos prendam a todos ou nos matem, não poderão deter o projecto islâmico», começou por avisar Hachani, cujo sermão podia ser ouvido através dos altifalantes espalhados pelas imediações da mesquita, um pequeno edifício ainda em construção. Visíveis, a escassos 100 metros, os polícias, de escudo e capacete, barravam todas as saídas. «Nenhum poder é suficientemente forte para deter o projecto islâmico porque ele se fundamenta no Alcorão e na vontade popular», continuou Hachani. Mas esclareceu não ter «nada contra a ANP (Exército) ou a Polícia, mas contra os que estão por trás e que lhes dão ordens».

Classificando o novo homem-forte do país, Mohamed Budiaf, como «presidente importado», Hachani sublinhou que a demissão de Bendjedid constituiu «um golpe de Estado contra o Estado islâmico nascente».

«Vamos permanecer calmos e não responder a quaisquer provocações», indicou, pedindo a todos para seguirem as instruções do Madjliss

Echoura. Abdekrim explicar-me-ia depois estar à «espera de instruções» da direcção da FIS mas que, de momento, a estratégia era não dar qualquer pretexto ao poder para ilegalizar o movimento.

«Se acontecer qualquer coisa, eles serão os responsáveis, não nós. E os *media* estrangeiros estão aqui para o confirmar aos olhos do mundo. Por agora, vamos ficar calmos. Mas a paciência do povo tem limites.» E acrescentou: «Se for necessário, cortamos a barba e passamos à clandestinidade. Não será por isso que o projecto morrerá.»

Mas apesar do apelo à passividade, Hachani deixou claro que não ia «renunciar ao projecto islâmico nem fazer concessões à nova direcção». «A FIS chegará ao poder. Porque os que agora o detêm são os representantes do fracasso crónico da política argelina», proclamou.

Considerou ainda que o juramento prestado pelo Alto Conselho de Estado foi inconstitucional e exigiu a libertação dos líderes Madani e Benhadj. Terminou comparando a hora difícil que a FIS vivia no momento com a perseguição de que o profeta Maomé foi vítima, em Meca. «Mas como ele, nós também vamos vencer.»

Enquanto Hachani fazia o seu discurso, elementos da segurança da FIS encaminharam as pessoas que pretendiam fazer a oração para a frente, deixando os observadores e os jornalistas entre eles e as forças da ordem. Ao centro, abriram um corredor por onde as mulheres passariam, em fila, de túnica até aos pés e de cabeça baixa, para a zona que lhes era destinada, fora da vista dos homens. Às jornalistas foi-lhes pedido que partissem, apesar dos véus e túnicas com que muitas repórteres europeias decidiram «disfarçar-se».

Mas, pouco depois, vários polícias penetraram por entre a multidão e levaram com eles todos os que, pelo equipamento que usavam (câmaras de televisão, holofotes, gravadores), se denunciavam como jornalistas. Alguns viriam depois a surgir nas varandas e nos telhados dos edifícios das imediações. Era a altura de os seguranças da FIS, a quem todos obedeciam prontamente, mandarem sentar a multidão.

Após uma breve intervenção do líder da mesquita, em que denunciou a prisão de 500 militantes islâmicos, foi a vez do sermão de Abdelkader Moghni, o verdadeiro imã da mesquita de El-Sunna, discípulo de Ali Benhadj, da facção mais radical da FIS.

«Quando Chadli morrer, Deus vai-lhe fazer as perguntas a que nós gostaríamos de o ver responder», esgarçou Moghni antes de lançar um rol

de perguntas. «Porque se demitiu, duas horas antes do veredicto do Conselho Constitucional sobre as alegadas fraudes nas eleições? Que pressões internas ou externas o obrigaram a fazê-lo? Os EUA querem aplicar a sua “nova ordem internacional” à Argélia? Se o povo protesta, o exército ataca. Se se mantém passivo, será oprimido. Que devemos fazer?»

Acusou os sindicatos, as organizações de mulheres e os jornalistas nacionais de estarem ao serviço do poder e dos interesses estrangeiros, exigiu que o processo eleitoral recomeçasse «imediatamente», apelou ao presidente do ACE, Mohamed Boudiaf, que compreendesse «que a facção que o pôs no poder não defende o interesse nacional, mas apenas os privilégios de uma elite. Não são apenas os xeques (Madani e Benhadj) que estão presos. Todo o povo argelino é refém do novo poder».

Moghni, 37 anos, ex-professor universitário, era um dos grandes oradores da FIS. As inflexões da sua voz produziam sortilégios de emoção. Usava um tom ora autoritário ora implorativo, falava depressa, depois muito devagar, adoptava uma voz diferente, como se fosse outra pessoa, imitava uma criança, entoava um cântico do Alcorão com a sua voz rouca, poderosa. Por vezes, o último som de uma frase prolongava-o numa nota musical, por vários segundos. Depois prosseguia. Sussurrava docemente para, a seguir, lançar um grito quase selvagem e depois deixar actuar o silêncio. Ouvia-se o choro de uma criança. O canto das gaivotas ao longe.

Recomeçou, a chorar. Dirigiu-se a Deus: «Se morrermos agora, sere-mos mártires, por Ti.»

Os milhares de fiéis, descalços, alguns sentados nos sapatos da sua pobreza, alguns com ar de rufia, blusão de cabedal sobre a túnica branca, ouviam em silêncio, com os olhos cheios de lágrimas. As palavras do imã pareciam ecoar no vazio das suas solidões, como as palavras do próprio Deus.

«Oremos agora, vocês também, irmãos polícias e irmãos jornalistas», concluiu Moghni, e todos se levantaram para fazer as orações, se prostraram, numa atitude de humildade embaraçosa para quem assistia, cantando *amin* a cada frase entoada pelo imã. A emoção atingiu o paroxismo. Sentia-se que estes *sans-cullotes* da Argélia do fim do século xx não hesitariam em lançar-se contra a polícia, contra a morte, ao mínimo sinal dos seus líderes. O sinal, por razões de estratégia política, não foi dado. E todos se dirigiram para casa, com passo rápido, mergulhados na sua paixão mística, na sua revolta orgulhosa, na sua violência adiada.

Da jihad política à jihad militar

Os 148 deputados da FIS, eleitos na primeira volta das eleições legislativas, reuniram-se numa espécie de sessão parlamentar unilateral, com a presença de jornalistas.

O líder do partido, Abdelkader Hachani, fez uma introdução. Na Argélia, em apenas alguns dias, «a esperança num futuro radioso foi sufocada. O país está em grande perigo. Prenuncia-se o início da ditadura». Mas o regresso da «oligarquia que a História já repeliu» não impedirá «o advento do Estado islâmico».

Hachani dirigiu-se em seguida à imprensa argelina, que acusou de ter «traído o povo» e de mentir para fazer o jogo do poder. «Mas virá o dia em que será posta na ordem, julgada pelo povo — ou, pelo menos, por Deus, no Juízo Final.»

«Reunimos, portanto, aqui os deputados eleitos, para lhes pedir que comecem a sua acção, para contribuir para resolver a crise política em que nos encontramos», concluiu.

A primeira acção do «novo Parlamento» foi enviar cartas com propostas e apelos ao presidente do Alto Conselho de Estado, Mohamed Boudiaf, ao Conselho Constitucional, aos «parlamentares de todo o mundo» e à «opinião pública nacional e internacional».

Um a um, os deputados começaram a vir à tribuna para ler as cartas. A Boudiaf, pediram que não se deixasse convencer pelas promessas de defesa do interesse popular feitas pelo grupo no poder. Ao Conselho Constitucional, acusaram-no de ter aceiteado ilegalmente a demissão do presidente e exigiram a divulgação da decisão quanto aos recursos apresentados sobre a primeira volta das eleições. À opinião pública e aos parlamentares de todo o mundo, apelaram para que reconhecessem claramente «a legitimidade destes deputados livremente eleitos».

Enquanto um deputado, «barbudo», de *kamiss* e *taqiyah* brancos, lia a carta, a centena e meia de colegas seus, sentados nas primeiras filas da sala de conferências da Comuna Popular da Cidade de Argel (CPVA), escutava, imóvel e retraída.

Atrás, as câmaras de televisão estrangeiras filmavam aquela colecção exótica de nucas — de *taqiyah*, barretes coloridos, turbantes afegãos — testemunhos indeléveis da escolha popular expostos aos olhos do mundo, indefesos, remetidos ao silêncio.

Subitamente, fez-se uma interrupção. Um «barbudo» correu a entregar um papel a Hachani, que empalideceu. O deputado que presidia à sessão comunicou, em inglês: «Estamos, neste momento, cercados por centenas de polícias.» E, depois de uma pausa: «À saída, espera-nos talvez uma surpresa.»

«Vão ser presos», comentaram entre si os jornalistas, que leram uma entrevista do ministro da Comunicação, Belkaid, afirmando que a lei dos partidos ia ser modificada de modo a não permitir organizações fundamentadas na religião, na língua ou na região. «Vão prender os líderes e ilegalizar a FIS», concluíram.

Num comunicado emitido na véspera, a Frente Islâmica tinha já dado conta da prisão de vários militantes e mesmo alguns membros do Madjliss Echoura e de alguns deputados eleitos.

Retomou-se a leitura da carta aos «parlamentares de todo o mundo», entre o nervosismo geral. Hachani, ao lado de um velho de barba branca e cabeça enterrada nos ombros, ficou absorto, de olhos fixos.

Pouco depois, foi-lhe entregue outra mensagem: a partir daquele momento, as autoridades tinham proibido a realização de quaisquer comícios ou conferências por organizações de carácter político ou partidário na sala da CPVA. Seria a última conferência da FIS na Comuna de Argel, cujos dirigentes eram militantes seus, eleitos nas eleições municipais de Junho de 1990.

A conferência era ilegal a partir daquele momento. Leu-se à pressa uma comunicação política. «Todos os regimes que se sucederam no país foram contrários à vontade popular, o que paralisou o desenvolvimento da Argélia. [...] Exigimos a resolução da crise política, pela libertação de todos os detidos, designadamente os xeques Abbassi Madani e Ali Benhadj, a reintegração de todos os trabalhadores suspensos desde Junho, o regresso da Constituição, a continuação do processo eleitoral.» No fim, Hachani disse que o actual «poder despótico é inimigo do povo» e preparou-se para sair, enquanto o velho ao seu lado entoava um cântico final.

Os jornalistas e os apoiantes precipitaram-se sobre o líder fundamentalista, acompanharam-no até à porta, num tropel de câmaras de televisão, microfones, gritos, empurrões. Antes de passar à porta da CPVA, Hachani encontrou o xeque Moghni, colega na liderança da FIS. «Deves sair com os *media* internacionais», segredou-lhe Moghni, enquanto o abraçava. E o grupo compacto, ao qual se juntavam cada vez mais jornalistas, saiu, perante vários furgões cheios de agentes da Polícia de Intervenção,

percorrendo toda a rua até uma velha carrinha *Renault 5* em que Hachani partiu a grande velocidade.

Solidariedade que só à primeira vista era insólita: quando Hachani precisou da ajuda dos jornalistas estrangeiros para não ser preso, estes não podiam abandoná-lo porque não podiam deixar de assistir à sua prisão.

No dia seguinte, Hachani foi preso de facto, ao princípio da tarde, no bairro integrista de Bach Djarrah, nos arredores da cidade, acusado de ter feito um apelo à deserção no Exército. Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Argel proibia ajuntamentos nas imediações das mesquitas.

Praça dos Mártires, duas horas da tarde. Três polícias correm para um grupo de «barbudos» e puxam um deles com brutalidade até ao outro lado da rua. Os outros ficam a olhar, sem ousar mais do que alguns comentários em surdina enquanto vêem o amigo ser revistado como num filme americano, com as mãos apoiadas no *capot* do automóvel da Polícia. Cigarros, um lenço, uma navalha. Esvaziados os bolsos, o «barbudo» é metido no carro e vai juntar-se aos outros 500 que a FIS informou terem sido detidos nos dias anteriores.

Num comunicado, a polícia explicou que estava a «interpelar» pessoas eventualmente implicadas em recentes casos de roubo de armas e atentados como o de Sidi Moussa, no domingo, em que morreu um soldado, e de Guemmar, em Junho, que causou a morte de outros três.

Nos últimos dias, os atentados contra posições do Exército multiplicaram-se em Argel e noutras cidades, o que levou o Alto Conselho de Estado a emitir um comunicado advertindo «solenemente todos os indivíduos ou organizações, autores provocadores ou cúmplices de tais actos, que mobilizará todos os meios ao dispor do Estado para uma aplicação estrita e completa da lei».

O aviso dirigia-se aos grupos fundamentalistas armados existentes no país, calculados em mais de 120, mas também aos dirigentes da FIS, que se suspeitava manterem relações com esses grupos. Os salafistas, uma das duas facções principais que se digladiavam no seio do órgão supremo da FIS, estavam próximos de alguns desses grupos clandestinos e poderiam agora devolver-lhes a liberdade de acção que lhes tinham confiscado na fase em que se apostava na via legal para instauração do Estado islâmico.

Perante o fracasso da facção argelianista (ou legalista) dirigida por Hachani, que aceitou jogar com as regras da política, alguns radicais do

Madjliss Echoura pretendiam agora mudar de tática, enquanto outros defendiam a autodissolução da FIS e o regresso à resistência espontânea e «desinteressada» do jogo político para alcançar o poder. Para estes, não era a união (que implicava compromissos) que fazia a força, mas a diversidade. Seguiam a máxima de Maomé: «A *Umma* [comunidade dos crentes] não será nunca unânime sobre um erro.»

Mesmo antes da prisão de Hachani, era cada vez mais difícil para a actual direcção legalista manter a sua linha de passividade e de fazer valer as vitórias obtidas no jogo democrático. Mesmo que conseguisse convencer os membros do Madjliss, corria o risco de ver a sua estratégia subvertida pela acção de grupos, como o Al Hidjra Oua Takfir [Exílio e Redenção], que já tinham dado a entender que iam passar à acção, não obedecendo, a partir de então, a quaisquer directivas de membros da FIS. Suspeitava-se que possuíam armas, várias oficinas de fabrico de bombas artesanais («afegãs») e o seu objectivo era desestabilizar e obrigar o poder a exercer abertamente a repressão. Mais tarde, o Al Hidjra Oua Takfir juntar-se-ia à Al-Qaeda.

Para H'mida Layachi, um jornalista que viria a publicar vários livros sobre o fundamentalismo islâmico na Argélia, acabava de se perder a grande oportunidade de integrar o islamismo na política mundial de forma «civilizada». «O islamismo constituiu um potencial cultural e político enorme na comunidade mundial, caracterizada por um pólo único, ocidental. É preciso compreender este movimento e conduzi-lo pelo bom caminho, a fim de se conseguir um antagonismo positivo [...]. Creio que o islamismo tem de sair do gueto, rumo ao diálogo com o outro. Se este potencial laborar na democracia, será uma força estratégica de amanhã, uma entidade capaz de dialogar com o Ocidente», disse-me Layachi.

«É a ditadura, a ditadura militar. Essa gente do poder, não os conhecemos, não são muçulmanos.» Na Rua Khelifa Boukalfa, perto do centro de Argel, uma dezena de jovens sentados no passeio em frente à sede da FIS não se entregavam à cavaqueira do costume.

«Esperamos ordens dos nossos líderes», disse Sherif, de fato de treino e cachecol, óculos tipo *Ray-Ban* e um barrete de lã azul com um grande buraco de traça. «Não temos opinião», começaram por dizer. «O que os líderes da Frente decidirem, nós cumprimos.»

Quarta-feira, um comunicado da *wilaya* [região administrativa] de Argel proibira toda a concentração de pessoas nas imediações das

mesquitas, «em qualquer dia e a qualquer hora». Toda a ocupação da via pública ficava sujeita a uma autorização e a «utilização dos passeios, calçadas, praças públicas, espaços e acessos fica exclusivamente reservada à circulação de peões e veículos», determinou o comunicado, que proibiu também toda a actividade política nas mesquitas e nas escolas.

«Amanhã, é claro que vamos todos a Kouba», irritou-se Sherif quando lhe perguntei se ia acatar as ordens do governo. Para emendar logo: «Se os xeques assim o quiserem.»

À sexta-feira, os líderes da FIS faziam os seus sermões alternadamente nas mesquitas do bairro de Bab El Oued e de Kouba, desde que surgira uma rivalidade e uma luta pela primazia entre as duas mesquitas.

Agora não se sabia como iriam reagir à proibição. Mas Rachid e os amigos tinham plena confiança neles e no projecto islâmico. E eram capazes de esperar.

«Quando houver eleições outra vez, o povo vai votar novamente na FIS.» E se não houver eleições tão cedo? «Se demorar 20 anos, vamos guardar o islão aqui», respondeu, com a mão sobre o coração. «Educarei os meus filhos no islão, não teremos nada a ver com esta sociedade corrupta», gritou.

«O governo agora diz que tem oito mil milhões de dólares para comprar bens para o povo», disse Ali, que, entretanto, se juntara ao grupo. «Onde arranjam o dinheiro? Pensam que o que o povo quer é riqueza. Enganam-se. Nós só queremos viver de acordo com a nossa religião.»

O que iam então fazer? Como resistir? Sherif, já de pé, desdobrou um papel velhíssimo que sacara do bolso num gesto teatral: «Segurança social. Receber sem trabalhar.» E Ali concordou: «Nenhum jovem argelino vai trabalhar para o novo poder.»

«Mesquitas do povo» e «mesquitas livres»

Habitualmente, o xeque Moghni precisava apenas de cinco minutos para, subindo a rua do café Dallas, chegar de sua casa à mesquita de El-Sunna, onde todas as sextas-feiras proferia, perante milhares de fiéis, um discurso radical.

Naquele dia, seria diferente. Moghni não dormiu em casa e o novo poder argelino acabava de nomear um novo imã para a mesquita de Bab El Oued.

O nome do novo imã ainda não tinha sido revelado, mas era já certo que Moghni fora destituído e que a polícia o procurava desde há uma semana.

Além de El-Sunna, o Ministério dos Assuntos Religiosos anunciou que passariam para o controlo do Estado cerca de dez mil mesquitas em todo o país, que a FIS utilizava como «tribunas políticas».

A ofensiva dos últimos dias contra a Frente Islâmica provocara já, quarta-feira, confrontos que opuseram manifestantes e a polícia. Mas o silenciamento de Moghni, o mais popular dos líderes da FIS ainda em liberdade, podia, pensavam muitos, desencadear agora a escalada de violência.

A mesquita de El-Sunna, que nas últimas semanas os *media* ocidentais tinham transformado num dos locais-chave da política mundial, era um pequeno apartamento num prédio ainda em construção. Uma observação atenta das paredes em tijolo não discernia, porém, quaisquer sinais de obras em curso — o edifício encontrava-se com aquele aspecto inacabado há mais de dez anos.

De acordo com a legislação em vigor, uma vez acabadas, as mesquitas construídas por iniciativa privada, como era o caso, deveriam passar para a jurisdição do Ministério dos Assuntos Religiosos, que nomearia, a partir daí, um imã oficial. Mantidas indefinidamente inacabadas, as mesquitas ficavam, também indefinidamente, sob o controlo de uma «comissão de cidadãos».

Muitas das «mesquitas livres» da Argélia eram, assim, nos locais onde a negligência das autoridades não era suficiente para que se mantivessem nas mãos dos «cidadãos», obras inacabadas de arquitectura.

Na sua maioria, as «mesquitas livres» foram construídas por iniciativa dos fundamentalistas, num movimento iniciado no princípio dos anos 70, mas intensificado na década de 1980, depois da morte do presidente Boumedienne. As mesquitas construídas pelos fundamentalistas ou por grupos de cidadãos e, depois, por aqueles apropriadas, eram erguidas em terrenos vagos ou sobre locais de divertimento, igrejas cristãs ou sinagogas, do tempo da colonização francesa.

Estas iniciativas, lançadas sem autorização prévia do Ministério dos Assuntos Religiosos, eram apresentadas como «acções pias» e factos consumados, legitimados — afirmavam — «por mil orações». As «associações de cidadãos» que estavam geralmente na origem da construção das mesquitas começavam muitas vezes por se reunir e transformar em lugares de culto caves de edifícios ou salas cedidas por liceus.

O poder, impotente para deter o movimento, optou por tentar apropriar-se dele, legalizando as mesquitas já construídas e reconhecendo os seus imãs. Mas, com esta atitude, só conseguiu acelerar a onda, cada vez mais abertamente contestatária, que transformava as «mesquitas anárquicas» em «mesquitas do povo» (controladas pelas associações de cidadãos) e estas em «mesquitas livres» (controladas pelos fundamentalistas).

As «mesquitas livres» depressa se tornaram os centros de um movimento de contestação política que conquistou facilmente o apoio das camadas mais pobres e desenraizadas da população. Contra a distribuição injusta da riqueza, o desemprego e todos os problemas sociais, a corrupção, a degradação dos costumes originada pela promiscuidade do superpovoamento urbano, o único culpado era o Estado e a solução era o retorno à comunidade primitiva do Profeta, pregavam os imãs.

Com a crescente crise económica e social (do ensino, da habitação, do emprego), sob a influência internacional da revolução iraniana, da guerra do Afeganistão, da Intifada palestina, e acelerado com a abertura do regime, iniciada em 1988, o proselitismo fundamentalista alastrou irresistivelmente pelos bairros pobres das cidades, tocando, sobretudo, os jovens.

A neutralização das «mesquitas livres» afectaria, decerto, os centros nervosos deste movimento. Mas não seria fácil cortar-lhe todos os canais de comunicação, que atravessavam ao nível mais profundo a sociedade argelina. Não se podia prender todos os «barbudos», eliminar a maior parte dos professores de liceu, apreender as revistas, os livros, as cassetes áudio e vídeo com sermões de imãs radicais «iluminados», argelinos, egípcios, sudaneses, que circulavam clandestinamente. Nem os agitadores «afegãos» (que diziam ter combatido ou tido contactos no Afeganistão e vestiam trajes afegãos), os curandeiros de bairro, os mágicos, as bruxas.

Na imagem quase imperceptível de uma cassete vídeo comprada a um «afegão», cópia de muitas cópias de um original filmado algures no Sudão, a figura tremeluzente do lendário xeque Adelhamid Kouchk movia-se em câmara lenta. Com uma voz estranha, que parecia subaquática, Kouchk contava um sonho que teve. «Apareceu-me Maomé, que disse: “Só Alá é Alá, e eu, que sou o seu Profeta, anuncio-te que o Islão vai vencer no Afeganistão e na Argélia”.»

A 9 de Fevereiro, foi declarado o estado de emergência e a ofensiva contra a FIS avançou rapidamente, em simultâneo com os golpes contra a abertura democrática. Foram presos não só os líderes radicais, mas

também os imãs moderados das mesquitas, líderes eleitos da administração local e muitos jornalistas, de todas as tendências. Corriam notícias sobre detenções, agressões, assassinios por parte da polícia. Além da proibição da propaganda política nas mesquitas, nas escolas, na administração pública, o governo proibiu a FIS de fazer colectas de dinheiro em favor dos sinistrados das intempéries, o que atingia o partido no seu trabalho de solidariedade social, nos bairros populares das cidades, na sua estrutura profundamente implantada no seio das populações mais pobres.

Os directores e chefes de redacção dos jornais da FIS — *El Mounkid*, em língua árabe, e *Al Forkane*, em francês — foram também presos. A publicação dos dois órgãos foi interrompida, deixando o partido sem os seus principais meios de comunicação escrita.

O início da violência

Sexta-feira, bairro de Kouba. O ajuntamento para a oração estava proibido e o imã integrista da mesquita fora demitido. Desde manhã cedo que toda a área estava cercada por blindados e veículos da Polícia. Os jornalistas estrangeiros tinham recebido ordens para abandonar o país e, na sua maioria, tinham obedecido. A aventura democrática da Argélia chegara ao fim — não seriam permitidos mais desacatos. Agora, sem testemunhas e decretado o estado de emergência, tudo era permitido ao novo poder extraordinário.

Não obstante, desobedecendo às ordens, grupos de homens começaram a chegar ao largo da mesquita. Eram jovens e velhos, muitos deles de longas barbas e *kamiss*, outros de blusões de cabedal ou camuflados, com expressões severas e aceradas, numa atitude de desafio e resistência.

De início, a polícia não fez nada. Deixou que a praça se fosse enchendo e que a multidão se alinhasse para a oração quando o *muezzin* chamou, usando apenas as palavras alcorânicas e sem alusões políticas, como se tornara hábito.

Eu, acompanhado por Mohamed, misturava-me com as pessoas, ajoelhando-me e prostrando-me com elas para passar despercebido aos olhos da polícia, como sempre fazia. Daquela vez, dois outros jornalistas,

um francês, do *Libération*, e um espanhol, do *El País*, recentemente chegados à Argélia, tinham decidido acompanhar-me.

Mohamed, como de costume, traduzia, guiava-me, ajudava-me a compreender o que se passava. Trabalhava como repórter para os seus jornais, mas considerava mais importante ajudar um jornalista estrangeiro, que poderia escrever, sem nenhuma censura ou constrangimento, sobre o que se passava no país.

A atmosfera era de tensão e nervosismo extremo, mas a praça encheu-se de gente que, convencendo-se de que a polícia não interviria, aos poucos ia ganhando confiança e descontração. Mas não por muito tempo.

De súbito, num alarido de sirenes, os furgões da Polícia de Intervenção surgiram de todas as ruas confluentes. Agentes especiais equipados com escudos e capacetes, bastões e espingardas automáticas, correram em direcção à multidão, desferindo golpes e disparando para o ar.

As pessoas gritavam, fugiam, mas poucos abandonavam a praça. Era evidente que quem se decidiu a comparecer estava preparado para o pior. Alguns gritavam slogans religiosos, outros atiraram pedras aos polícias, o que só piorou as coisas. Ouvi tiros e vi alguns corpos caídos no chão. Nunca se soube quantas pessoas morreram naquela sexta-feira, nem isso seria relevante nos anos sangrentos que se seguiram, mas eu vi a polícia a disparar à queima-roupa sobre os manifestantes, alguns pouco mais do que adolescentes, apoiantes de um partido que acabara de ganhar as eleições.

Com a confusão e as correrias, tornava-se difícil compreender o que se passava, por isso, eu e Mohamed decidimos subir a um dos prédios próximos, na tentativa de encontrar uma janela ou uma varanda com uma vista abrangente.

Com o espanhol e o francês sempre atrás de nós, metemo-nos por uma porta aberta e subimos pelas estreitas escadas em caracol do edifício de cinco andares. Batemos a todas as portas, mas nenhum dos habitantes abriu, e só percebemos que tínhamos ficado encurralados no minúsculo *hall* do último andar quando ouvimos um contingente de polícias a subir as escadas. O que vinha à frente empunhava uma pistola, que apontou à minha cabeça, gritando em árabe, enquanto os outros, num aperto de armas, escudos e capacetes, invadiam o cubículo, encostando, num primeiro momento, todos os jornalistas às paredes. Mas rapidamente nos esqueceram, para se concentrarem em Mohamed. Aquele que parecia ser o chefe do grupo de polícias desatou a gritar, fazendo-lhe perguntas

para as quais não queria ouvir as respostas. Perguntava, percebi depois, porque estava com os estrangeiros, porque os tinha guiado até ali. De repente, deferiu-lhe uma bofetada brutal, depois outra, murros e pontapés, até Mohamed cair, encolhido e a chorar, com uma mão erguida a exhibir a carteira profissional de jornalista.

Assistindo àquilo, eu e os outros dois repórteres pensámos que a seguir seria a nossa vez, mas não. Mohamed, por ser argelino, foi o único a ser espancado.

Levaram-nos dali, à frente das armas, mas só Mohamed ia algemado e levando pancada enquanto descia as escadas. Já na rua, dispararam para os seus pés, para o fazer andar mais depressa até ao carro celular em que nos transportaram para a prisão. Aí, Mohamed seria posto numa cela, nós, noutra. Fomos libertados ao fim do dia, sem os passaportes e com ordem de expulsão do país no primeiro avião da manhã seguinte.

À noite, Mohamed apareceu no meu hotel, ferido, desfigurado, a roupa empapada em sangue. «Levaram-me para uma sala e bateram-me por eu ter levado os estrangeiros para a manifestação», contou ele. «Este país vai ser massacrado. Vai entrar na fase mais negra da sua história», disse ainda Mohamed, em lágrimas, antes de se pôr freneticamente a relatar os acontecimentos do dia, escrevendo à mão em folhas sujas que trazia dobradas no bolso, uma reportagem para o seu jornal, *L'Espoir*. Cheio de feridas e hematomas, correu pelas ruas desertas, sob recolher obrigatório, a entregar o trabalho, para que fosse publicado no dia seguinte. Mas o director recebeu um telefonema da Polícia de Segurança Nacional: era preferível, no interesse do Estado e da segurança, que o assunto não fosse abordado nas páginas do jornal. E o artigo acabou no caixote do lixo.

De manhã cedo, um carro da embaixada espanhola estava à porta do meu hotel para me levar ao aeroporto. Traziam o meu passaporte e um bilhete de avião para Lisboa num envelope que lhes fora entregue na Polícia de Segurança Nacional. Tinham tratado de tudo, incluindo o meu caso, desde que o jornalista do *El País* os contactara, na véspera. A embaixada francesa fez o mesmo com o colega do *Libération*. Quando lhe telefonei à saída da prisão, o embaixador português limitou-se a desejar-me boa sorte.

Nos dias seguintes, a FIS foi oficialmente ilegalizada (4 de Março), os seus líderes julgados e condenados a 12 anos de prisão. No seu vigésimo comunicado, que a imprensa argelina ignorou, o partido indicava que

passaria à clandestinidade e à luta armada. Que seria obrigado a «dar a palavra ao povo, que se encarregará de encontrar outros meios para combater a opressão e concretizar as suas aspirações». E concluía: «Qualquer que seja a sua situação jurídica, a FIS continuará a ser um partido político islâmico legítimo, pois existe nas prisões, nas casas, nas mesquitas, nas ruas, nas escolas, nas universidades, nas fábricas, nos campos, na administração e no Exército.»

Na realidade, a FIS dividir-se-ia em vários grupos. Surgiria o Exército Islâmico de Salvação (EIS) e, em Janeiro de 1993, ressurgiria o Grupo Islâmico Armado (GIA), chefiado pelo dissidente da FIS Abdelhak Layada e um grupo de outros «afegãos». O GIA tornar-se-ia hegemónico, criando uma especial Brigada da Morte, cujo lema era «Sangue, sangue, sangue. Destruição, destruição, destruição. Nem tréguas, nem diálogo, nem reconciliação».

Entregaram-se, nos anos seguintes, a uma orgia de degolações, decapitações, raptos, violações, assassínios de polícias, militares, funcionários, jornalistas, professores, intelectuais, artistas, massacres de aldeias inteiras, incluindo velhos, mulheres e crianças, todos considerados traidores à causa islâmica.

A guerra civil provocou mais de 150 mil mortos. Mohamed Boudiaf foi assassinado, em Junho de 1992. Logo a partir de 1993, os ataques estenderam-se à França e a outros países europeus. Em Setembro de 1998, um dissidente do grupo, Abu Hamza, criou o aparentemente mais moderado Grupo Salafista para a Prédica e o Combate (GSPC), que se internacionalizaria e radicalizaria a partir da guerra do Iraque de 2003. Acabou por assumir uma teoria da jihad global, acreditando que a luta teria de ser mundial e a criação de um Estado islâmico na Argélia só seria possível no âmbito de uma luta pelo Califado.

O novo líder do grupo, Abdelmalek Droukhal, integraria a Al-Qaeda com a ajuda do líder da Al-Qaeda da Mesopotâmia, Abou Moussab Al-Zarqawi. Ayman Al-Zawahiri, na altura número dois da Al-Qaeda, atribuiu-lhe o título de «Emir da Al-Qaeda no País do Magrebe Islâmico».

As sementes da violência viajarão pelo mundo. Nos seus países-santuários ou nas células clandestinas espalhadas pelo Ocidente, os radicais muçulmanos apurariam a prática e desenvolveriam a teoria que levariam, vingando o colonialismo europeu e o imperialismo americano, ao terror dos atentados no Médio Oriente, ao ataque às torres

gêmeas de Nova Iorque, às decapitações e massacres do Estado Islâmico. Um padrão cujo início, assim pudéssemos esquecer toda a História anterior, poderíamos reconhecer na Argélia.

«POR MAIS ULTRAJADOS, POR MAIS DESTROÇADOS, ELES SOBREVIVEM, RENASCEM DAS CINZAS, VOLTAM. NÃO, FLAMUR, NENHUMA HISTÓRIA SERÁ ESQUECIDA. COMO UM VÍRUS, UMA PRAGA, UMA SEMENTE, VOLTAM SEMPRE. NENHUMA HISTÓRIA ESTÁ TERMINADA.»

O terrorismo, o Estado Islâmico, a guerra na Síria, a crise dos refugiados. Como chegámos até aqui?

O que nos trouxe até esta tempestade perfeita?

Com a queda do muro de Berlim, começou um novo ciclo. O comunismo saiu de cena, entrou o Islão. Se, como escreveu Fukuyama, este momento marcou o Fim da História, como compreender o que se seguiu?

Paulo Moura, um dos mais premiados repórteres portugueses, testemunhou todos os momentos decisivos dos últimos 25 anos. Assistiu, em 1991, à emergência dos primeiros jovens fundamentalistas islâmicos, durante a crise na Argélia. Nas décadas seguintes, viu crescer a sua influência na Tchetchénia, em Caxemira, no Kosovo, no Afeganistão, no Iraque, no Sudão e nas capitais europeias. Esteve nas praças ocupadas durante as Primaveras Árabes, em 2011. Acompanhou, no Egipto e na Líbia, em 2013, os refugiados sírios que tentavam alcançar a Europa através da Turquia.

Partindo dos seus diários pessoais de guerra, escritos no epicentro dos acontecimentos, *Depois do Fim* é a crónica do nosso tempo. Mais que narrativa histórica, é um livro sobre as pessoas que viveram a História, que nos ajuda a compreender este quarto de século de conflitos, idealismos e decepções, invasões, migrações forçadas e extremismos.

ELSINORE

entre nós e as palavras

20|20 editora

ISBN 978-989-8843-68-5



9 789898 843685

História

YOU ARE WELCOME TO WWW.ELSINORE.PT